

# isa

CTEEP

**ISA CTEEP - Companhia de  
Transmissão de Energia  
Elétrica Paulista**

**Demonstrações financeiras  
individuais (controladora) e  
consolidadas (consolidado)**

**31 de dezembro de 2021.**





isa  
CTEEP

COMPANHIA DE TRANSMISSÃO  
DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Demonstrações Financeiras  
2021

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04



IEE B3

IBRA B3

IGC B3

IGCT B3

UTIL B3

IDIV B3

MLCX B3

## Mensagem da Administração

Em 2021, mais uma vez, a ISA CTEEP comprovou sua capacidade de gerar valor sustentável aos seus públicos de relacionamento. Pautados pelo propósito de criar Conexões que Inspiram, superamos os desafios, realizamos entregas importantes e reforçamos nossos valores e compromissos, com o apoio dos nossos mais de 1.300 mil colaboradores, fundamentais para que alcancemos nossos objetivos.

Diante da pandemia da Covid-19, que ainda não cessou, priorizamos a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros. Seguimos com os protocolos para mitigar a propagação do vírus, incentivamos a vacinação de todos e realizamos sessões com médicos e epidemiologistas para esclarecimento de dúvidas em relação à imunização. Ao final do ano, comemoramos 98% do nosso quadro funcional imunizado.

Gerar valor sustentável envolve, também, garantir a entrega de energia elétrica confiável à população por meio da excelência operacional. Nessa frente, seguimos ampliando os investimentos na modernização da rede e na expansão do sistema de transmissão nacional, com disciplina na alocação de capital e foco na eficiência nas operações com elevados índices de disponibilidade e qualidade de atendimento.

Em 2021, energizamos dois projetos arrematados nos leilões de transmissão realizados pela ANEEL - a Interligação Elétrica Aguapeí e a Subestação Lorena, frutos de nossa capacidade de planejamento e de gestão. Ao todo, dispomos de 9 ativos em construção, que adicionarão 1,7 mil quilômetros de extensão em nossas linhas de transmissão e potência de 10 mil MVA ao nosso portfólio.

Quanto à Subestação Lorena, gostaria de ressaltar o avanço que esse ativo representa para a ISA CTEEP e para a digitalização do setor elétrico brasileiro. Trata-se da primeira subestação digital do Sistema Interligado Nacional que além de conferir maior disponibilidade e eficiência na prestação de serviços, contribui para melhorar a confiabilidade e coleta de informações para apoio na tomada de decisão.

Outro marco histórico de inovação para a companhia e para o setor foi a conquista da aprovação pela ANEEL do primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro, que será instalado na subestação Registro (SP), responsável pelo abastecimento da população do Litoral Sul Paulista. Além de facilitar a inserção de energia a partir de fontes renováveis, a tecnologia contribui para a redução de custos de operação e de necessidade de expansão do sistema.

Também concluímos, em 2021, a aquisição da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE), que opera uma linha de transmissão subterrânea de 30 quilômetros na cidade de São Paulo. Para os próximos anos, seguimos atentos às oportunidades com nosso plano de crescimento baseado em três rotas - reforços e melhorias, participação em leilões (greenfield) e fusões e aquisições (brownfield) - que devem contribuir para maior robustez da rede.

Houve também um avanço importante com a aprovação, pela ANEEL, do repêrimento da Rede Básica Sistema Existente (RBSE). A medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre a remuneração do componente financeiro da

Rui Chammas  
Diretor-presidente

RBSE e preserva o valor econômico para a Companhia, uma vez que conclui o pagamento do componente financeiro em 2028; reduz a amortização da dívida sem efeito no aumento do saldo a pagar, além de manter a remuneração pelo custo de capital regulatório definido na Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2018.

Ao longo do ano, apesar dos cenários de incerteza, honramos nossos compromissos com nossos acionistas. No âmbito financeiro, nossa receita operacional líquida totalizou R\$ 5.534,1 milhões em IFRS, aumento em 49,7% ante os R\$ 3.696,4 milhões registrados em 2020, reflexo do aumento da remuneração dos ativos da concessão, principalmente devido à atualização pelo IPCA, taxa implícita dos contratos de concessão e impacto da remensuração do fluxo financeiro referente ao RBSE devido ao seu repêrimento. Esse resultado impulsionou o avanço da estratégia que tem como foco crescimento com geração de valor sustentável e também alcançamos o maior pagamento de dividendos de nossa história.

Nossa responsabilidade ultrapassa as fronteiras da empresa e se estende por toda a sociedade. Assim, somos pautados pela geração de impactos social e ambiental positivos e contribuimos de forma proativa nas ações de combate às mudanças climáticas e na conservação de ecossistemas. Seguimos com o compromisso de manter nossa neutralidade em carbono por meio da compensação total de emissões inevitáveis de Gases de Efeito Estufa (escopos 1 e 2) e, ao final do ano, ampliamos a faixa de atuação do nosso Programa Conexão Jaguar para a proteção de 140 mil hectares na Serra do Amolar, no Pantanal. Além disso, perseguimos metas de eficiência em nossas operações que visam a reduzir o consumo de água, energia e gás SF6 e, pela primeira vez, passaram a compor a remuneração variável dos executivos. Além, é claro, da captação de recursos por meio da emissão de títulos verdes (green bonds) no valor de R\$ 672,5 milhões para o desenvolvimento de projetos ambientalmente sustentáveis.

Nessa jornada de evolução, a segurança é um valor inegociável para nós e, a fim de reforçar nossas práticas, lançamos o programa Conectados com a Vida, que, para além de ações para a promoção da segurança, engloba uma percepção de cuidado à vida de forma integral para nossos colaboradores e terceiros. Apesar de todas essas conquistas e avanços, não posso deixar de lamentar as três fatalidades inadmissíveis que registramos com terceiros no período e que têm provocado uma transformação profunda na Companhia.

Ainda com relação à gestão de nosso capital humano, seguimos focados em ações alinhadas à nossa Marca de Liderança que reforcem as habilidades necessárias para o cumprimento da nossa Estratégia 2030. Nesse âmbito merecem destaque as iniciativas para assegurar a sustentabilidade de nossos talentos, que incluem capacitação e a promoção de um ambiente diverso e inclusivo, reforçado pelo nosso programa Outros Olhares, com atuação nos pilares de equidade de gênero, raça, LGBTQI+ e pessoas com deficiência. No ano, pela primeira vez, lançamos um programa de recrutamento de estagiários com abordagem afirmativa de diversidade.

Diante de todos esses acontecimentos e aos demais que são apresentados ao longo deste relatório, gostaria de agradecer especialmente aos nossos mais de 1.300 mil colaboradores pela dedicação em 2021. Também agradeço pelas Conexões que Inspiram com o controlador da companhia, o Grupo ISA, bem como nossos acionistas, parceiros, regulador e com a sociedade. Para o futuro, seguimos comprometidos com a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros, com a excelência operacional, com as inovações para contribuir com as transformações do setor e com as ações para a garantia da robustez do sistema de transmissão nacional, sempre pautados pela maximização da geração de valor sustentável para os nossos públicos.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2021

### PERFIL DA COMPANHIA

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, a Companhia atua em 17 estados do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Bahia), e é responsável por aproximadamente 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de dezembro de 2021, a capacidade instalada em operação da Companhia (controladora, subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas) totalizou 71,7 mil MVA de capacidade de transformação, 19 mil quilômetros de linhas de transmissão, 26,1 mil quilômetros de circuitos e 131 subestações (127 próprias e 4 controladas em conjunto), além de mais de 1,7 mil quilômetros, 10 mil MVA de potência, 2,3 mil quilômetros de circuitos e 11 subestações (8 próprias) em fase pré-operacional.

Para operar com eficiência seu complexo sistema de transmissão, a ISA CTEEP dispõe de uma equipe de cerca de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometida com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, a Companhia investe continuamente na manutenção e modernização da sua rede, contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos 6 anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



### CONJUNTURA ECONÔMICA E REGULATÓRIA

O ano de 2021 apresentou-se como um marco para a história mundial, pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Apesar da segunda onda da COVID-19 que se iniciou em novembro de 2020 e começou a arrefecer após atingir seu ápice, em abril de 2021, o Brasil apresentou retomada do crescimento da atividade econômica e encerrou o terceiro trimestre (3T21) com um crescimento de 3,9% no Produto Interno Bruto (PIB) acumulado dos últimos 12 meses. O crescimento do PIB veio acompanhado por uma redução da taxa de desemprego, concentrada no segundo semestre de 2021, de 14,4% para 12,1% e pelo aumento da inflação (IPCA) para 10,06%, maior patamar desde dezembro de 2016 (6,29%).

Ainda, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE", a retomada da atividade econômica foi responsável pelo aumento de 4,1% no consumo médio de eletricidade no País em 2021. Cabe destacar que, apesar da crise hídrica que afetou os reservatórios em 2021, o aumento da demanda foi suprido pelo maior fornecimento de energia por usinas termelétricas, eólicas e solares. É importante destacar a resiliência da ISA CTEEP frente a crise hídrica, que assim como as demais concessões de transmissão de energia elétrica, é remunerada pela disponibilidade de seus ativos e não pelo consumo de energia, ou seja, independe da quantidade de energia que é transmitida pelos ativos ou o preço da energia.

No âmbito regulatório, destaca-se o julgamento favorável por parte da ANEEL ao recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o repêrimento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 23.3(a)). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhão no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R\$497.346 (nota 7). A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

### ESTRATÉGIA

Conectada ao nosso propósito superior "Conexões que Inspiram" e sob a visão "Futuro Inspirado por Valor Sustentável", nossa estratégia tem como foco a perenidade dos negócios no longo prazo, em consonância com a maximização da geração de valor para nossos stakeholders. Em linha com esse contexto, compreende três vetores e pilares estratégicos que pautam a condução de nossas atividades.

**Gerar valor ao acionista** - Crescer no mercado de transmissão, por meio de participação em leilões (greenfield), fusões e aquisições (brownfield) e investimentos em reforços e melhorias dos ativos, sempre mantendo a disciplina financeira e os adequados critérios de rentabilidade e riscos.

**Criar impactos social e ambiental positivos** - Gerar valor para a sociedade e para o planeta por meio de projetos socioambientais de alto impacto e de ações para reduzir e mitigar os impactos das mudanças do clima.

**Assegurar a longevidade corporativa** - Investir em novos negócios de energia e na capacidade de inovação e empreendedorismo, garantindo a perenidade de nossas atividades. Formar equipes de alto desempenho e parceiros estratégicos, com foco na melhoria da competitividade e no desenvolvimento de capacidades.

A Estratégia 2030 constrói o caminho para a longevidade e competitividade da ISA CTEEP, garantindo uma resposta aos desafios do mercado e às transformações do setor e expressa o compromisso de gerar valor sustentável para acionistas, para a sociedade e o planeta, suportada por quatro pilares que orientam nossas ações diárias e a forma como nos relacionamos com todos os públicos.



Uma das importantes avenidas de alocação de capital da ISA CTEEP é o investimento em novos projetos que geram valor sustentável. Os lotes arrematados em leilões de transmissão desde 2016 adicionaram Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 686 milhões, ciclo 2021/2022, com investimento ANEEL de cerca de R\$ 6,3 bilhões. Além dos projetos greenfield arrematados em leilão, a Companhia tem oportunidade de crescimento por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos de mais de R\$ 2 bilhões para execução nos próximos anos.

Outra avenida de crescimento é por meio fusões e aquisições e, com início em março de 2021, passamos a consolidar os resultados da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) cuja aquisição foi anunciada em 2020 pelo montante de R\$ 1,6 bilhão (equity value). A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo e interliga subestações já pertencentes à ISA CTEEP. Além dos investimentos em transmissão de energia, a ISA CTEEP está constantemente em busca de novas oportunidades de geração de valor sustentável.

Esse crescimento tem como base projetos e soluções que prezam pela robustez técnica-operacional e pelo equilíbrio econômico-financeiro, garantindo sólida posição competitiva e gerando benefícios para a sociedade.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é uma das principais referências no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza uma gestão constante e minuciosa dos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. Em 2021, o IENS da Companhia totalizou 3,1 x 10<sup>-6</sup>. Para efeito de comparação, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrado nos últimos doze meses, findos em dezembro de 2021, foi de 9,0 x 10<sup>-6</sup>.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em 2021, a PV aplicada foi de 1,26% da RAP consolidada.

### ESTRUTURA ACIONÁRIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilata de sistemas de infraestrutura lineares, e possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") desde 2002, integrando o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders.

Acionistas	TRPL3 (ON)		TRPL4 (PN)		Total ON + PN	
	Qtd. Ações	%	Qtd. Ações	%	Qtd. Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A.	230.856.832	89,501%	5.144.528	1,283%	236.001.360	35,818%
Administração	-	0,000%	6.904	0,002%	6.904	0,001%
Ações em Circulação (Free Float)	27.080.900	10,499%	395.794.140	98,715%	422.875.040	64,181%
Eletronas	25.108.901	9,734%	210.758.156	52,565%	235.867.057	35,799%
Outros	1.971.999	0,765%	185.035.984	46,150%	187.007.983	28,383%
<b>Total</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100,000%</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100,000%</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100,000%</b>

Data-base: 31/12/2021.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho de Administração, assessorado por 2 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Comitê de Recursos Humanos), pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da ISA CTEEP possui mandato anual e, atualmente, é composto por 7 membros, dos quais 2 são independentes e 1 é representante dos colaboradores da Companhia. Compete ao Conselho de Administração orientar a condução geral dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido por meio do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles, processos, ética e conduta, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria da Companhia para saná-los.

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e é composto por 5 membros efetivos e 5 suplentes com mandato de 1 ano.

A Diretoria Executiva é formada por 5 diretores estatutários, com prazo de mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos de nossas atividades na sociedade e no meio ambiente.

Desde 2019 é realizada a autoavaliação anual do Conselho de Administração: no início de cada ano é analisado o desempenho do exercício anterior. O processo engloba avaliação do desempenho individual, desempenho em grupo, frequência e relevância dos temas das reuniões, participação da Diretoria e participação da Secretaria de Governança nas reuniões. Já os Diretores Executivos são avaliados a partir de metas validadas pelo Conselho de Administração por meio do Quadro de Gestão Integral (QGI).

### GESTÃO DE RISCOS

A ISA CTEEP adota um processo de Gestão de Riscos fundamentado nos conceitos da Norma ISO-31000, que permeia todas as áreas de negócios e subsidiárias - controladas e coligadas - e tem como foco a adoção de medidas para reduzir ou mitigar efeitos adversos sobre nossos objetivos estratégicos ou recursos empresariais.

A governança da gestão de riscos na Companhia está alinhada ao Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA, sigla em inglês para *The Institute of Internal Auditors*), que direciona responsabilidades das áreas de negócios, da área de gestão integral de riscos, da auditoria interna e da alta administração da companhia.

Como parte desse modelo e com o objetivo de avaliar os principais riscos e medidas de gestão, a ISA CTEEP dispõe do Comitê de Análise Crítica de Riscos, que conta com a participação da alta administração e gestores de riscos, buscando minimizar impactos no desenvolvimento sustentável de nossos negócios.

\* IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimoreis, IE Paraguaçu e IE Ivai





IEE B3

IBRA B3

IGC B3

IGCT B3

UTIL B3

IDIV B3

MLCX B3

continuação

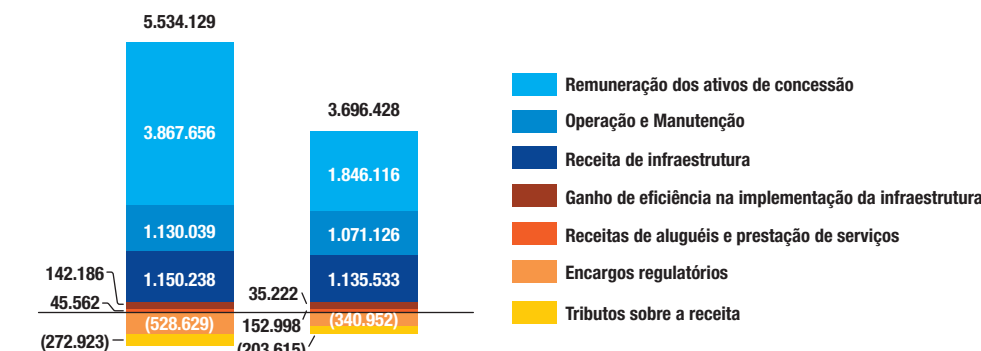
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2021

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - IFRS

No exercício de 2021, a Companhia e suas controladas 100% apresentaram uma geração de caixa operacional de R\$ 898.925 e um lucro líquido de R\$ 3.037.808, uma redução de 10,16% frente ao total de R\$ 3.382.650 auferido no exercício de 2020.

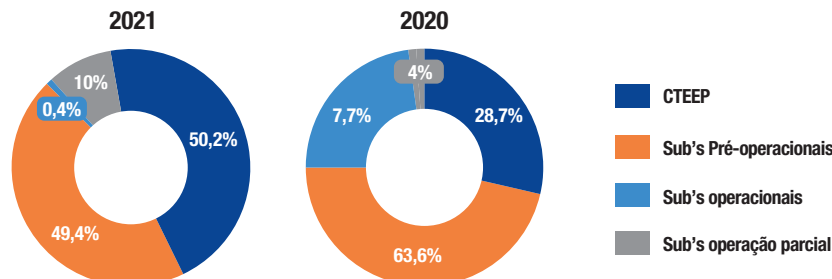
A receita operacional líquida teve um aumento de 49,7% em comparação com o exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

Receita Operacional Líquida



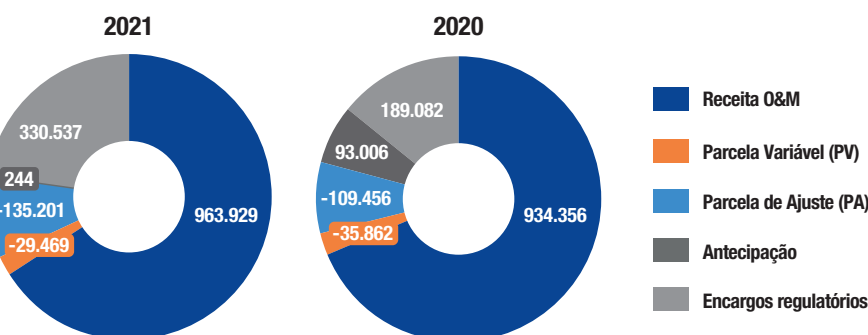
As receitas de infraestrutura totalizaram R\$1.150.238 em 2021 (+1,3% vs 2020) e considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do gross-up dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No ano de 2021 houve: (i) aumento de R\$170.993 na ISA CTEEP, devido aos investimentos em projetos de reforços e melhorias; (ii) redução de R\$156.288 mil, em função da evolução das obras em controladas, com a finalização das obras de Itaquê, Aguaí e Itapura que entraram em operação ao longo de 2020 e 2021, parcialmente compensado pelo avanço nas obras de Biguaçu, IEMG (Triângulo Mineiro), Evrecy (Minuano), Tibagi (Três Lagoas) e Riacho Grande.

Receitas de infraestrutura



O ganho de eficiência no montante de R\$142.186 em 2021 vs R\$152.998 em 2020, referem-se aos ganhos adicionais à margem estimada, apurados na entrada em operação de projetos. A variação é composta: (i) acréscimo de R\$71.968 na ISA CTEEP pela energização de reforços e melhorias; (ii) redução de R\$82.150 nas controladas, com destaque para as controladas Itaquê com montante de R\$122.327 em 2020, e em 2021, Aguaí e Itapura (contrato 021/2018) com montante de R\$22.203. As controladas Itaquê, Aguaí e Itapura entraram em operação com antecipação em relação ao prazo de estimativa da Anel em onze, seis meses e um ano, respectivamente.

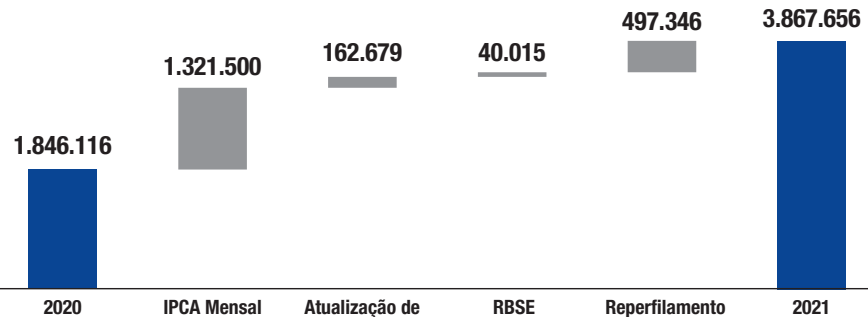
As receitas de operação e manutenção totalizaram R\$1.130.039 em 2021, comparada com R\$1.071.126 em 2020, sendo os principais fatores: (i) variação positiva de R\$23.434 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2021/2022; (ii) aumento no repasse de encargos regulatórios incorporados na receita de R\$141.455; (iii) incremento de R\$6.095 decorrente da aquisição da PBTE (contrato 012/2016) que foi incorporada pela CTEEP; (iv) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação de R\$118.507; (v) variação positiva na parcela variável de R\$6.393.



A remuneração dos ativos de concessão totalizou R\$3.867.656 em 2021 comparado com R\$1.846.116 em 2020 devido principalmente a:

• **Ativo da Lei nº 12.783 - SE:** apresentou uma variação de R\$1.247.973: (i) R\$710.612 devido ao efeito inflacionário pela atualização do IPCA mensal; (ii) aumento de R\$497.346 devido a remuneração do ativo da concessão referente ao RBSE decorrente do repêrimento do componente financeiro e reconhecimento complementar do Ke conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.851/21; (iii) aumento por atualização do fluxo financeiro no valor de R\$40.015.

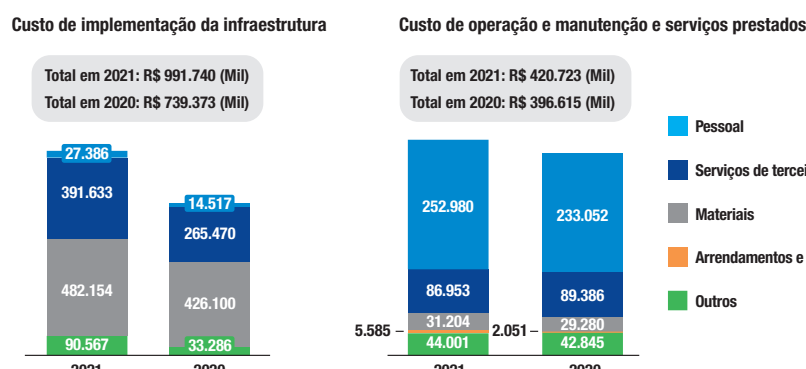
• **Ativo da Implementação da infraestrutura,** apresentou uma variação de R\$773.567: (i) acréscimo de R\$162.679 referente a atualização do ativo de concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão e (ii) aumento de R\$610.888 devido efeito inflacionário pela atualização do IPCA mensal.



As receitas de aluguéis e prestação de serviços registram, um aumento na receita com compartilhamento de infraestrutura de cabos de fibra óptica, cabos para-raios para operações de telecomunicações e prestação de serviços de operação e manutenção. Totalizaram R\$45.562 em 2021 vs. R\$35.222 em 2020.

As deduções da receita operacional atingiram R\$801.552 em 2021 e R\$544.567 em 2020 impactada principalmente pelo aumento de tributos e contribuições de PIS/COFINS corrente e diferidos em R\$187.677, que acompanham a variação da receita bruta e encargos regulatórios em R\$69.308.

Os custos dos serviços de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e serviços prestados tiveram aumento de 24,3%, com R\$1.412.463 em 2021 frente aos R\$1.135.988 em 2020.



Os custos dos serviços de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O acréscimo de R\$252.367, deve-se, principalmente, a maior investimento nas obras de reforços e melhorias da Controladora e avanço nas obras de Biguaçu, IEMG (Triângulo Mineiro), Evrecy (Minuano), Riacho Grande, Itaúnas e Tibagi (Três Lagoas), compensado pela redução nas controladas de Itaquê, Aguaí e Itapura devido à entrada em operação.

Os custos de operação e manutenção e de serviços prestados totalizaram R\$420.723 em 2021 vs R\$396.615 em 2020, a variação ocorreu principalmente ao aumento nos gastos com pessoal de R\$19.928 devido ao dissídio no acordo coletivo, compensado pela redução em serviços de terceiros de R\$2.433 decorrente de maior eficiência nas atividades de manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações.

As receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP), totalizaram R\$54.774 em 2021 e R\$1.477.622 em 2020 e registra os seguintes impactos:

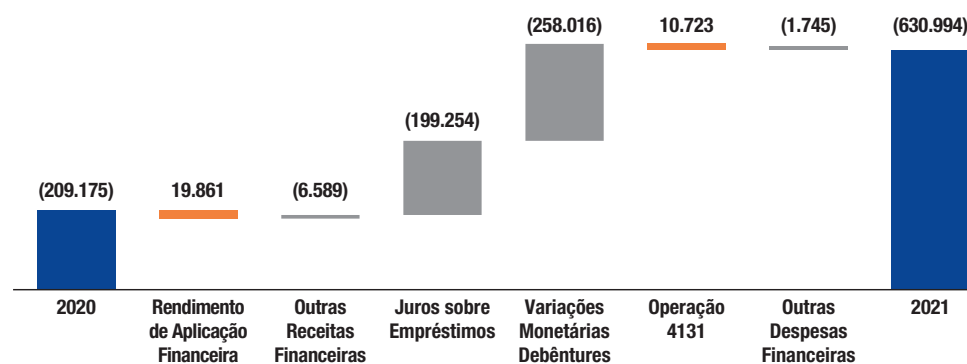
• **Em 2021:** impactos, principalmente, decorrentes da revisão da RAP provenientes dos resultados dos Recursos Administrativos das RTP's da CTEEP no montante de R\$39.076 e das controladas Serra do Japi, Pinheiros, IESul e IENNE no montante de R\$16.847; e (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy no montante de (R\$1.149); valores líquidos de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da RTP.

• **Em 2020:** impactos, principalmente decorrentes de: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) da atualização pelo Ke do Ativo da Lei nº 12.783 - SE no montante de R\$1.631.668, (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura da CTEEP e da controlada Serra do Japi no montante de (R\$19.064), (iii) R\$134.982 de reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da RTP.

As despesas gerais administrativas apresentaram uma redução de 11,6%, totalizando R\$223.998 em 2021 comparadas com R\$253.516 em 2020, principalmente, pela (i) redução de demandas judiciais no montante de R\$58.577 em função de constituição de provisões, em 2020, para processos fundiários com destaque para as controladas IEMG e IESUL (evento não recorrente); (ii) aumento nos gastos com pessoal de R\$28.620 devido principalmente, a variação de provisão para fazer frente ao passivo atuarial do plano de pensão.

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram receitas de R\$33.773 em 2021 comparadas com R\$170.171 em 2020. Em 2020 houve o reconhecimento de eventos não recorrentes: (i) ganho de R\$73.464 decorrente da negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328.

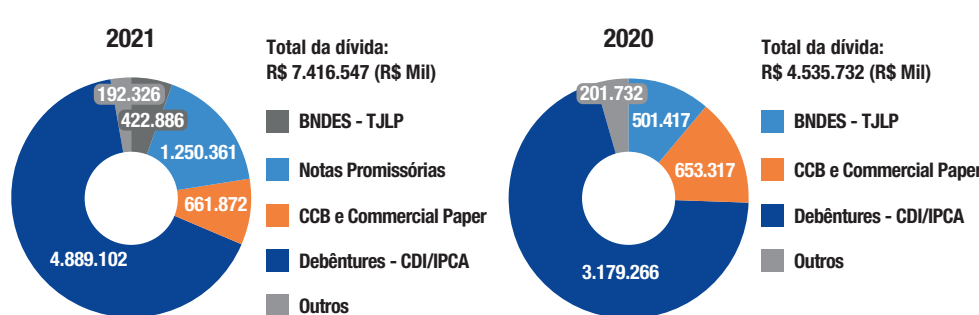
O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$630.993 em 2021 comparado R\$209.175 em 2020, a variação ocorreu, principalmente, em função das mudanças do cenário macroeconômico com elevação dos principais indexadores dos empréstimos e debêntures, e maior endividamento em 2021, compensados parcialmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.



A dívida bruta consolidada totaliza R\$7.416.547 no exercício de 2021 e R\$4.535.732 no exercício de 2020, aumento devido às novas captações, em 2021, de R\$2.822.500 com emissão de notas promissórias comerciais e debêntures de infraestrutura, para fazer frente aos investimentos realizados pela Companhia e aquisição da PBTE e SF Energia. O custo médio da dívida consolidada em 2021 foi de 13,04% comparado com 2020 de 7,59%. Apesar do aumento do custo nominal da dívida, o custo médio real da dívida é 2,71%, menor que o observado em 2020 (2,85%).

Composição da dívida bruta:

Composição da dívida bruta:



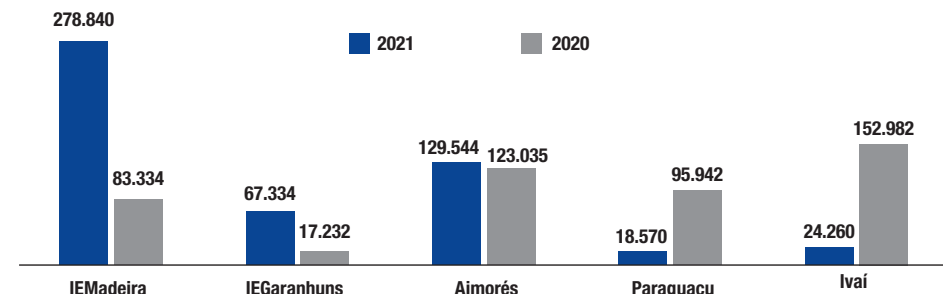
O resultado de equivalência patrimonial totaliza R\$518.548 em 2021 comparado com R\$472.525 em 2020, e tem como principal motivo a variação das controladas em conjunto:

(i) **IEParaguá, IEAimorés e IEIvai,** em fase pré-operacional, variação negativa de R\$199.586 basicamente pela fase avançada na construção das obras.

(ii) **IEGaranhuns,** em operação, a variação refere-se, principalmente, pela atualização do ativo da concessão pelo IPCA e pela taxa implícita do contrato de concessão, sendo registrado ganho de R\$50.102.

(iii) **IEMadeira,** em operação, a variação de R\$195.506 deve-se principalmente pela atualização do ativo da concessão pelo IPCA e pela taxa implícita do contrato de concessão e devido ao reconhecimento de provisão não recorrente do processo judicial de arbitragem em 2020.

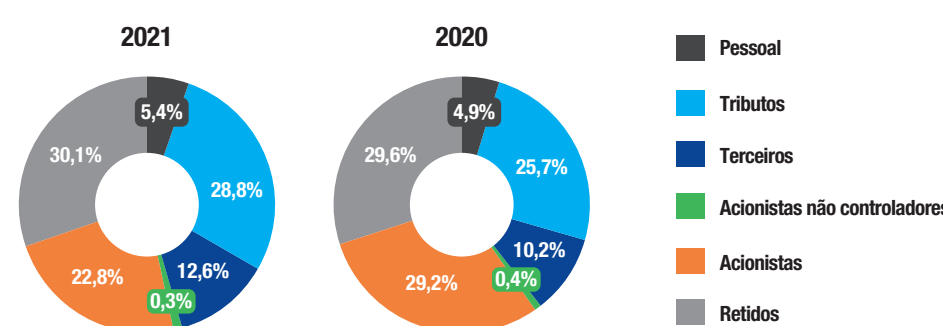
Equivalência Patrimonial 2021



O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$768.416 em 2021 comparando com R\$835.417 em 2020, que acompanha a variação do resultado, excluindo o resultado da equivalência patrimonial, resultado de indenização por desapropriação e a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio. A taxa efetiva apurada de imposto em 2021 e 2020 foi de 20%.

Valor adicionado

Em dezembro de 2021, a Companhia apurou R\$5.726.597 mil de valor adicionado comparado com R\$5.707.194 mil em 2020, distribuído como segue:





isa  
CTEEP

COMPANHIA DE TRANSMISSÃO  
DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04

Demonstrações Financeiras  
2021



IEE B3

IBRA B3

IGC B3

IGCT B3

UTIL B3

IDIV B3

MLCX B3

☆ continuação

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2021

### RATING

A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA+(bra)' da ISA CTEEP e das suas emissões de debêntures da espécie quirografária, com perspectiva 'Estável' em 2020.

### REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício.

A Companhia adota como prática a distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), limitado à alavancagem máxima de 3,0 x Dívida Líquida/EBITDA.

A Companhia busca sempre maximizar a geração de valor aos seus acionistas e, em 2021, registrou recorde anual de distribuição de proventos, com montante total de R\$ 2,8 bilhões pagos no ano, correspondentes a R\$ 4,251132 por ação. A distribuição de proventos referentes ao exercício de 2021 foi de R\$ 1,3 bilhão, o payout foi de 61% do lucro líquido em IFRS e de 210% do lucro líquido regulatório e o dividend yield foi de 8,2%, considerando preço da ação de 30 de dezembro de 2021. Considerando todos os proventos de 2021, inclusive os intermediários sobre reserva, o payout e o dividend yield seriam de 210% e 11,5%, respectivamente.

### MERCADO DE CAPITAIS

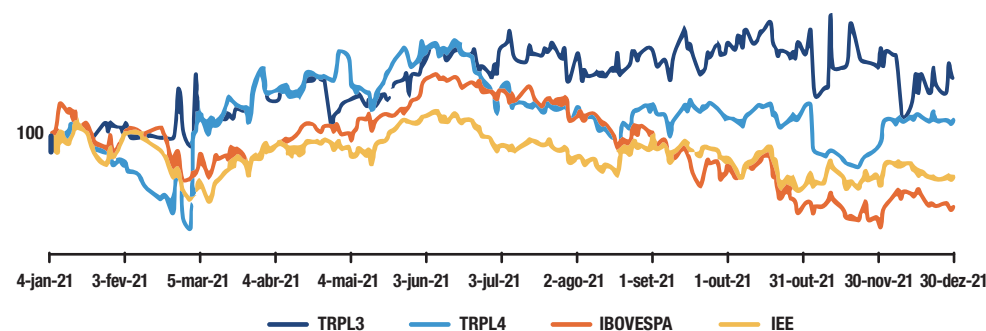
A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders.

As ações da Companhia integram diversos índices como o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT) e o Índice de Governança Corporativa (IGC), ambos responsáveis pela mensuração do desempenho das ações de empresas listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de governança corporativa da BOVESPA. Adicionalmente, as ações preferenciais também compõem o Índice Brasil Amplo (IBRA), que mede desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado à vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, o Índice Dividendos (IDIV), o Índice de Energia Elétrica (IEE), o Índice MidLarge Cap (MLC) e o Índice Utilidade Pública (UTIL). Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") - Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o quarto trimestre de 2021 cotadas a R\$ 30,60 e R\$ 24,31, respectivamente. No ano de 2021, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram desvalorização de 12,4%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 17,6 bilhões. O volume médio diário de negociação na B3 foi de R\$ 36,3 milhões em 2021, 10% abaixo daquele verificado em 2020. A média diária de negociações foi de 1,5 milhão negócios por dia, 22% abaixo dos 1,9 milhão registrados no ano anterior.

Evolução TRPL3 x TRPL4 x Ibovespa x IEE - 2021 (base 100)

Evolução TRPL3 x TRPL4 x Ibovespa x IEE - 2021 (base 100)



### INOVAÇÃO

A Inovação é um dos pilares estratégicos e de geração de valor da ISA CTEEP, que vem aumentando de forma significativa seus investimentos no tema nos últimos anos e, em 2021, investiu aproximadamente R\$ 23,6 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Para impulsionar ainda mais essa agenda, em 2021 a Companhia construiu um roadmap de inovações, com teses de investimento para áreas chave, que serviu de insumo para a definição da esteira de projetos a partir de estimativas de resultados e de seus objetivos.

Em 2021 a ISA CTEEP também fortaleceu sua cultura de inovação também por meio de workshop de inovação no setor elétrico, com 90 participantes, e da realização de uma premiação de inovação para captura e valorização de ideias de seus colaboradores. No ano, somamos 92 ideias inovadoras, das quais 10 foram reconhecidas. Seguem abaixo nossas iniciativas de destaque em 2021:

#### Jornada de transformação digital

Como o intuito de mapear e planejar ações que promovam a transformação para que a Companhia seja eficiente e escalável, a ISA CTEEP estabeleceu em 2021 um Comitê de Transformação Digital, que se reúne mensalmente para discutir ações.

Adicionalmente, a Companhia realizou, com apoio de consultoria externa, um mapeamento para identificação de oportunidades, que posteriormente foram priorizadas. Entre os desdobramentos está um projeto de robotização dos processos operacionais financeiros da área de suprimentos, a automatização da entrada de notas fiscais e outro projeto de robotização para a área regulatória, para captura automatizada das regulações e apoio na tomada de decisão.

#### Primeira subestação digital

Um dos principais destaques que refletem a evolução da jornada de transformação digital foi a inauguração da Subestação Digital em Lorena (SP) em 2021, a primeira do Sistema Interligado Nacional. O projeto reforça o comprometimento da ISA CTEEP com a inovação e a descarbonização da matriz energética e envolve a aplicação de sistemas digitais com o uso de tecnologias, como big data e conexões em fibra ótica.

A subestação, que faz parte da Interligação Elétrica Itapua, conta com um banco de autotransformadores com capacidade instalada de 1.200 MVA, capaz de abastecer duas cidades do porte de São José dos Campos (SP). O projeto, que empregou mais de 200 profissionais durante a obra, deve duplicar o abastecimento de energia para a região do Vale do Paraíba, que passa a contar com um sistema redundante.

O empreendimento tem investimento previsto pela ANEEL de R\$ 238 milhões, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 11,8 milhões no ciclo 2021-2022, e foi entregue em setembro de 2021, com um ano de antecedência em relação ao prazo do regulador.

#### Armazenamento de energia em baterias

Em 2021 a ANEEL aprovou o primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro. A inovação será instalada na subestação Registro (SP), uma das responsáveis pelo atendimento da demanda máxima do Litoral Sul Paulista, de aproximadamente 400 MW, beneficiando aproximadamente dois milhões de pessoas.

As baterias de lítio serão instaladas em uma área de aproximadamente 4 mil m<sup>2</sup>, com porte equivalente a cerca de 30 contêineres, e terão 30 MW de potência instalada. A tecnologia vai atuar nos momentos de pico de consumo, como um reforço à rede elétrica, assegurando energia adicional por até duas horas, totalizando 60 MWh, de forma a evitar interrupção no fornecimento de energia devido ao excesso de demanda e garantir mais segurança e confiabilidade na prestação do serviço à sociedade.

O investimento autorizado pela ANEEL é de R\$ 146 milhões e a previsão de entrega da obra é novembro de 2022, de forma a atender à demanda do verão a partir de 2022/2023. A Receita Anual Permitida (RAP) será de aproximadamente R\$ 27 milhões.

#### Drones

Em 2021 a ISA CTEEP desenvolveu, em parceria com a Drone Power e de forma pioneira no Brasil, um drone que incinera objetos que caem nas linhas de transmissão e podem afetar o fornecimento de energia elétrica à sociedade, como balões e pipas. A tecnologia contribui com a redução em mais de 80% do tempo para a remoção de objetos, de forma a trazer mais segurança aos colaboradores que realizam a manutenção do sistema.

### PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

#### Anuário Época Negócios 360°

Ranking do setor: 8º lugar e 1º lugar em desempenho financeiro. Ranking geral: 103ª posição entre todas as empresas avaliadas, avanço de 59 posições em comparação a 2020; 5ª posição em desempenho financeiro conferindo à Companhia o Selo Prata.

#### Ranking Valor 1000

Ranking do setor: 3ª posição, com destaque para:

- 1º lugar em EBITDA
- 9º lugar em Margem da Atividade
- 1º lugar em Liquidez Corrente

Ranking geral: 209ª posição entre as 1.000 maiores companhias do país, avançando 7 posições frente a 2020.

**Selo Ouro no Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG Protocol**  
A ISA CTEEP conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. O reconhecimento é concedido às companhias de todo o Brasil que demonstram o atendimento a todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação de terceira parte. O inventário de emissões de GEE da Companhia é assegurado pela PwC.

### Ranking 100 Open Startups

A Companhia figurou, mais uma vez, no Ranking das TOP 100 Open Corps, promovido pela plataforma pioneira e líder em open innovation na América Latina "100 Open Startups". Historicamente, a ISA CTEEP já havia ocupado o 2º e o 4º lugares do ranking, em 2018 e 2019, respectivamente.

### SUSTENTABILIDADE

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e seus compromissos são reforçados por uma estratégia que tem como foco a geração de valor sustentável. Para uma contribuição efetiva, foram elencados seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários, tendo as alianças e cooperações (ODS 17) como eixo transversal de sustentação.

A ISA CTEEP está comprometida com a excelência e liderança na melhoria das condições ambientais no País. Nesse sentido, tem evoluído constantemente a gestão dos impactos de seu negócio a partir de uma contribuição proativa e transcendente para adaptação e combate às mudanças climáticas e proteção e conservação dos ecossistemas e sua biodiversidade. Como destaque, nossa iniciativa Conexão Jaguar foi eleito o melhor programa corporativo de compensação de emissões pelo ranking Environmental Finance Awards. Por meio dele, o Grupo ISA e suas empresas endossam o compromisso com o desenvolvimento sustentável dos negócios, contribuindo com grandes causas mundiais, que incluem o cumprimento da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e os compromissos firmados pelos países na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26).

Iniciada em 2017, a iniciativa engloba a implementação de projetos florestais de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa, em áreas prioritárias para a proteção, recuperação e conexão do habitat e corredores do Jaguar (onça-pintada, em espanhol) em territórios onde a ISA está presente. Com o intuito de contribuir com a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças do clima, os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono são investidos em outros projetos de preservação e proteção das onças-pintadas.

Até o final de 2021, a iniciativa Jaguar somava 8 projetos contemplados na América Latina, sendo um projeto no Brasil para a proteção de 76 mil hectares na Serra do Amolar, localizado no Pantanal do Mato Grosso em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro (IHP).

A ISA CTEEP atua ativamente na transmissão de energia renovável e nos ecossistemas de inovação, por meio do desenvolvimento de iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporcione acesso à energia com confiabilidade e segurança para população.

Nesse contexto, reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a transição para uma economia de baixo carbono por meio de emissões de debêntures verdes (green bonds), desde 2018, para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.

Em 2021, a Companhia captou R\$ 672,5 milhões por meio da emissão de títulos verdes, destinados integralmente aos novos projetos de linha de transmissão (greenfield) de Três Lagoas (SP e MS), Triângulo Mineiro (MG) e Minuano (RS), arrematados no leilão de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a ISA CTEEP aderiu à Plataforma de Transparência de Título Verde (Green Bond Transparency Platform - GBTP). A ferramenta foi desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a divulgação de informações de forma padronizada acerca do uso dos recursos, impactos, metodologias e padrões empregados nas emissões dos títulos verdes.

### COMBATE À COVID-19

A ISA CTEEP presta um serviço essencial à sociedade e tem o compromisso e a responsabilidade de preservar a saúde e segurança dos públicos com os quais se relaciona. Diante do avanço da nova variante Ômicron, a empresa reforçou os seus protocolos e segue adotando medidas de proteção e de monitoramento, tais como:

- Permanência do trabalho remoto para funções específicas;
- Plano de contingência com redistribuição dos turnos nas subestações e centros de controle nos momentos críticos para reduzir o deslocamento das equipes e eventualmente colocar a própria saúde e a de seus familiares em risco;
- Disponibilização de programas voltados para saúde mental a exemplo de sessões de terapia on-line; um aplicativo focado em telemedicina; um portal exclusivo com informações confiáveis sobre saúde, segurança e qualidade de vida.

Além disso, a Companhia lançou o vacinômetro e realizou campanhas de sensibilização e conscientização para que os colaboradores se sentissem confortáveis em relação à vacinação. Com isso, encerrou 2021 com 98% dos colaboradores imunizados (dose única ou duas doses).

Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia criou e manteve um comitê interno composto pela diretoria executiva e alta liderança, em prol da saúde e segurança dos colaboradores - que acompanha semanalmente por intermédio de reuniões semanais a evolução da doença no País e se adapta a fim de garantir a continuidade das operações.

### PESSOAS

Após a reorganização de nossa estrutura de talentos, da revisão de políticas e de estruturas e do alinhamento de práticas com o Grupo ISA, realizados em 2021, a ISA CTEEP passou para a etapa de transformação, com foco na robustez dos processos de gestão de pessoas, evolução da liderança, gestão de performance e na cultura de segurança.

A seguir estão descritas as capacidades organizacionais que trazem as iniciativas de formação, engajamento, comunicação e reconhecimento e que foram definidas para que todos os nossos colaboradores estejam alinhados aos propósitos da Companhia:

- Adaptabilidade** - adaptamos nosso conhecimento para enfrentar as adversidades.
- Trabalho em rede** - construímos alianças e relações sustentáveis.
- Inovação e empreendedorismo** - aprimoramos e criamos soluções para agregar valor sustentável aos negócios.
- Orientação ao cliente** - oferecemos soluções de acordo com as necessidades de nossos clientes.
- Desenvolvimento do talento e aprendizagem contínua** - desenvolvemos os talentos e os potencializamos.
- Excelência operacional** - asseguramos altos níveis de eficiência, considerando o custo, risco e desempenho.
- Transformação digital** - mantemos a eficiência dos processos por meio das tecnologias digitais, para responder aos cenários futuros e incluímos novos modelos de negócio.
- Gestão ambiental e social** - asseguramos soluções com viabilidade ambiental e social.
- Ética** - agimos em coerência com nosso propósito superior.
- Corresponsabilidade** - assumimos a responsabilidade por nossos compromissos e apoiamos outras pessoas na construção de um propósito comum.

A fim de assegurar a sustentabilidade dos talentos e sua valorização, a Companhia possui uma política de aproveitamento interno e, em 2021, 60% das vagas foram preenchidas seguindo essa premissa.

Na frente de sucessão, em 2021 foi realizado um mapeamento para a identificação cargos críticos. A partir dessa análise, foram traçados de ação com colaboradores potenciais e com os líderes, de forma que o processo de mudança seja acelerado. Nesse período, 181 pessoas foram promovidas no ano, o que corresponde a 12% do quadro funcional.

No campo de qualificação, a ISA CTEEP encerrou o ano com mais de 47.438 horas de capacitação média de aproximadamente 35 horas por colaborador, a maioria focada em saúde e segurança. Do quadro total, 95% dos colaboradores recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento.

A pesquisa de clima organizacional promovida junto aos colaboradores em 2021, obteve 95% de adesão com um índice de favorabilidade 83%, o que representa a satisfação com as iniciativas de capital humano.

Adicionalmente, a Companhia valoriza a diversidade e a inclusão e deseja construir uma empresa que represente a sociedade com toda sua multiplicidade, desenvolvendo um ambiente acolhedor, onde as pessoas possam se sentir seguras para ser quem são e para construir um legado a partir das diferenças. Para alavancar nesse compromisso foi criado o programa de Diversidade e Inclusão, que visa a promoção de discussões e conscientização sobre o tema, com foco nos pilares de gênero; pessoas com deficiência (PCD); gerações; LGBT e multiculturalidade; e raça.

Em equidade de gênero, atualmente, a ISA CTEEP é a empresa do setor elétrico brasileiro com a maior participação de mulheres em cargos de diretoria, alcançando 60% do quadro. A representação feminina no corpo gerencial é de 29%, contra uma média de 18% em empresas da América Latina, segundo pesquisa realizada, em 2020, pela International Business Review. Em 2021, a Companhia celebrou ainda a primeira mulher a ocupar o cargo de Diretoria Executiva de Operações de sua história.

Adicionalmente, pela primeira vez, o programa de estágio da ISA CTEEP priorizou a diversidade e a inclusão, com um processo seletivo voltado majoritariamente para mulheres, pretos e pardos e pessoas com deficiência. Sob o tema "A sua energia transforma o futuro", o idioma estrangeiro também deixou de ser um critério obrigatório para ocupar uma das 35 vagas existentes. Foram contratados 31 estagiários, dentre os quais 54% são mulheres e 30% pessoas negras.

Com o intuito de fortalecer seu celeiro de talentos, a Companhia lançou o programa de trainee Jovens Profissionais, que é voltado para pessoas que possam assumir posições-chave e estratégicas num curto período e que contou com 60% de mulheres em 2021. A partir de 2022, os novos colaboradores passarão a ter a oportunidade de passar pela troca de experiências e praticar uma imersão no negócio; desenvolver suas expertises em diversas áreas; passar por mentorias e avaliações individuais; além de treinamento destinado ao ganho de habilidades de soft skill.

### AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA CTEEP informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Limited prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2021.









→☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge**

O CPC 48 (IFRS 9) prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo. A Companhia e sua controlada Biguaçu utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como swaps de taxa de juros e contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

A Companhia designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge.

Os instrumentos financeiros são classificados como hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa: Hedge de valor justo: destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo. As alterações ocorridas no valor justo de um instrumento de hedge e do item objeto de hedge são reconhecidas no resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação originada pelo objeto de hedge. Se a transação objeto de hedge subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

Os instrumentos financeiros de Swap da Companhia estão classificados como hedge de valor justo e o contrato de câmbio futuro das controladas Biguaçu e Projeto Riacho Grande estão classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme descrito na nota 30.

**3.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter reversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5.5).

**3.7 Ativos da concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de desempenho com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção e ao Ativo da Lei nº 12.783 - SE, classificados em:

**(a) Ativos da Concessão - financeiro**

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 7 (b)).

**(b) Ativos da Concessão - contratual**

Todas as concessões da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia e suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação (\*), e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permítida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,13% e 9,92% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA/IGPM.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

(\*) O contrato de concessão nº 059/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Os ativos registrados sob a rubrica "Ativo da Lei nº 12.783 -SE", a partir de 01 de janeiro de 2020, passaram a ser classificados como ativo contratual, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (nota 2.3).

**3.8 Estoques**

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

**3.9 Investimentos**

Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto através do método de equivalência patrimonial. No consolidado reconhece somente as controladas em conjunto (nota 11).

**3.10 Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

A realização do intangível decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público ocorre no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento (nota 11 c)(ii).

**3.11 Imobilizado**

Representando, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 12).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**3.12 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo, (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 13).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**3.13 Arrendamentos**

**(a) A Companhia como arrendatária**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

**• Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

**• Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

**• Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

**• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.14 Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

**3.15 Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**3.16 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperada para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 20 (a).

**3.17 Benefícios a empregados**

A Companhia patrocina plano de aposentadoria e pensão por morte aos seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Fundação CESP (Vivest (antiga Funceps)), cujo objetivo é suplementar benefícios garantidos pela Previdência Social.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Na avaliação atuarial dos compromissos deste plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o CPC nº 33 (R1) (IAS19).

A periodicidade dessa avaliação é anual e os efeitos da mensuração dos compromissos do plano, que incluem ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no limite superior do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), são refletidos imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registrou passivo (patrimônio líquido) atuarial reconhecido contabilmente, conforme mencionado na nota explicativa 21.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

**3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório conforme descrito na nota 22 (b).

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

**3.19 Segmento de negócio**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela administração no processo de tomada de decisão.

Do entendimento da administração da Companhia, embora reconheça acesso para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

**3.20 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS.

**3.21 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

**3.22 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme mencionado na nota explicativa 22 (f).

**4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS:**

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro			
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Impacto da adoção inicial da das alterações da	IFRS 4 IFRS 7	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2) - Arrendamentos			
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração			
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IFRS 16	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes			
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado			
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41		IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos			
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola			
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

% do CDI	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	4.086	3.035	6.643	18.195
Equivalentes de Caixa				
CDB (a)	102,0%	238.660	2.017.084	274.188
Compromissada (b)	96,5%	—	1.801	2.047.352
		<b>242.746</b>	<b>2.020.119</b>	<b>282.632</b>
			<b>2.067.337</b>	

Equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pela Companhia, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 30 (c).

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Fundos de Investimento Referenciado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	119,3%	117,2%		
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI				
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI				
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI				
			<b>250.799</b>	<b>51.787</b>
			<b>813.634</b>	<b>453.557</b>

Os fundos de investimentos são consolidados conforme descrito na nota 2.5.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Assis Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 30 (c).

**7. ATIVOS DA CONCESSÃO**

Ativo financeiro	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de O&M (a)	95.420	146.905	131.515	179.839
Ativo contratual				
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (b)	9.742.310	9.264.491	9.742.310	9.264.491
Implementação da infraestrutura (c)	6.897.950	3.824.165	11.619.953	7.478.497
	16.640.260	13.088.656	21.362.263	16.742.988
	16.735.680	13.235.561	21.493.778	16.922.827
Circulante	1.965.043	2.533.173	2.344.141	2.904.373
Não circulante	14.752.637	10.702.388	19.149.637	14.118.454

(a) O&M - Operação e

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda antecipação.....	25.394	640	25.395	876
Contribuição social antecipação.....	7.985	-	7.985	125
Imposto de renda retido na fonte.....	2.341	1.449	5.456	3.260
Contribuição social retido na fonte.....	147	30	217	30
COFINS.....	20.968	14.547	21.039	14.604
PIS.....	4.552	3.157	4.568	3.173
Impostos parcelados a recuperar.....	4.273	4.124	4.273	4.124
Outros.....	3.142	2.464	3.217	2.615
<b>Total</b> .....	<b>68.802</b>	<b>26.411</b>	<b>72.150</b>	<b>28.807</b>

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os valores de cauções e depósitos são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos. Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Trabalhistas (nota 20 (a) (i)).....	27.472	29.038	27.498	29.087
PIS/COFINS (a).....	12.928	12.559	12.928	12.559
Autuações - ANEEL (b).....	2.151	2.072	2.151	2.072
Outros.....	3.434	401	3.434	401
<b>Total</b> .....	<b>45.985</b>	<b>44.070</b>	<b>46.011</b>	<b>44.119</b>

(a) Em março de 2015, por meio do Decreto nº 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS/COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Companhia buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I e; e que o Decreto nº 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.

(b) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

11. INVESTIMENTOS

(a) Composição equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Equivalência patrimonial.....	1.235.804	915.866	518.548	300.564
Ajuste de consolidação - Ofício CVM 04/2020.....	-	46.677	-	171.961
Realização de aquisição de controle (11 b).....	(15.946)	5.409	-	-
<b>Total</b> .....	<b>1.219.858</b>	<b>967.952</b>	<b>518.548</b>	<b>472.525</b>

(b) Movimentação dos investimentos:

	Saldo em 2019	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Controladora		Saldo em 2020
				Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020(*)	Realização de aquisição de controle	
IESerra do Japi.....	435.666	-	75.449	-	(39.700)	471.415
IEMG (**)	71.382	18.641	(16.021)	(21)	1.810	75.791
IENNE.....	297.407	-	17.701	(98)	-	315.010
IEPinheiros.....	548.354	-	12.584	(100)	(23.600)	537.238
Evrecy (**)	63.353	-	5.668	-	(2.491)	66.530
IEItaúnas (**)	131.695	51.081	112.656	(27.504)	-	267.928
IEItabagi (**)	90.138	6.535	67.935	(28.084)	-	136.524
IEItaquaré (**)	190.214	30.638	313.736	(44.533)	-	490.055
IEItapura (**)	99.329	43.094	(10.474)	9.382	-	141.331
IEAguapeí (**)	102.452	202.862	201.016	(35.262)	-	471.068
IESul (**)	138.977	-	(24.613)	-	6.090	120.454
IEBiguaçu.....	10.813	92.719	(15.051)	936	-	14.064
IE Riacho Grande.....	-	-	-	-	558	558
IE Madeira.....	1.572.737	-	25.054	58.280	(5.950)	1.650.121
IE Garanhuns.....	388.604	-	38.419	(21.187)	(28.077)	377.759

(c) Informações sobre investimentos em controladas

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Controladora		Saldo em 2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Dividendos	Saldo em 2020
				Capital integralizado	Ativos						
IESerra do Japi.....	2021	130.857.000	100,0	130.857	631.755	91.797	539.958	-	-	107.320	89.892
IEMG.....	2020	130.857.000	100,0	130.857	546.846	75.431	471.415	-	-	82.008	75.449
IENNE.....	2021	139.320.000	100,0	139.320	159.115	11.083	148.032	124.543	58.331	58.331	9.500
IEPinheiros.....	2020	101.695.000	100,0	101.695	139.357	38.450	100.907	75.791	29.289	(16.042)	17.603
Evrecy.....	2021	338.984.000	100,0	338.984	546.138	180.591	365.547	-	-	90.308	58.811
IEItaúnas.....	2020	338.984.000	100,0	338.984	500.951	185.941	315.010	-	-	50.027	17.603
IEPinheiros.....	2021	300.910.000	100,0	300.910	738.596	102.983	635.613	-	-	140.445	129.017
Evrecy.....	2020	300.910.000	100,0	300.910	614.831	77.393	537.238	-	-	42.624	12.484
IEItaúnas.....	2021	78.351.000	100,0	78.351	110.988	13.584	97.404	106.328	64.173	(12.551)	17.603
IEItabagi.....	2020	21.512.367	100,0	21.512	63.131	8.015	55.116	66.530	23.493	5.668	46.725
IEItaquaré.....	2021	251.528.000	100,0	251.528	422.733	32.383	390.350	-	-	132.100	67.255
IEItapura.....	2020	175.831.000	100,0	175.831	290.304	22.376	267.928	-	-	158.709	85.152
IEAguapeí.....	2021	165.398.000	100,0	165.398	245.362	37.337	208.025	-	-	91.596	15.802
IEBiguaçu.....	2020	96.422.000	100,0	96.422	170.453	33.929	136.524	-	-	49.111	39.851
IE Riacho Grande.....	2021	206.096.000	100,0	206.096	630.545	132.417	498.128	-	-	110.647	99.079
IE Madeira.....	2020	206.093.000	100,0	206.093	558.274	68.219	490.055	-	-	318.165	269.203
IE Garanhuns.....	2021	162.613.000	100,0	162.613	207.096	23.010	184.086	-	-	64.501	10.216
	2020	123.046.000	100,0	123.046	155.299	13.968	141.331	-	-	54.054	(1.092)

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Controladora		Saldo em 2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Dividendos	Saldo em 2020
				Capital integralizado	Ativos						
IEAguapeí.....	2021	351.108.000	100,0	351.108	676.000	113.016	562.984	-	-	161.805	111.267
IESul.....	2020	304.429.000	100,0	304.429	526.533	55.465	471.068	-	-	430.130	165.754
IEBiguaçu.....	2021	220.660.000	100,0	220.660	246.004	39.086	206.938	155.686	37.411	(2.187)	32.188
IE Riacho Grande.....	2020	220.660.000	100,0	220.660	219.469	44.719	174.750	120.454	(4.981)	(24.613)	(24.613)
IE Madeira.....	2021	332.478.000	100,0	332.478	351.109	27.274	323.835	-	-	239.418	(3.922)
IE Garanhuns.....	2020	103.133.000	100,0	103.133	120.810	17.329	103.481	-	-	99.867	(14.115)
	2021	58.253.000	100,0	58.253	76.756	5.899	70.857	-	-	57.936	(5.626)
	2020	-	100,0	-	577	19	558	-	-	-	-

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

(d) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	31.12.2021		31.12.2020	
	IE Madeira	IE Garanhuns	IE Paraguaçu	IE Almorés
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	33	3.476	59	336
Aplicações financeiras.....	291.370	24.448	18.182	223.486
Ativo da concessão.....	566.566	101.496	96.739	62.948
Outros ativos.....	70.809	6.961	515	11.897
Ativo não circulante.....	5.941.130	1.083.913	1.103.446	704.496
Ativo da concessão.....	147.253	44.704	1.075	824
Outros ativos não circulantes.....	177.293	33.309	55	55
Passivo circulante.....	74.374	46.456	12.878	5.158
Debêntures e financiamentos.....	358.355	46.456	12.878	5.158
Outros passivos.....	1.041.249	120.631	378	379
Passivos não circulante.....	345.989	-	-	2.021.689
Empréstimos e financiamentos.....	1.508.892	221.529	295.840	189.781
Debêntures.....	3.511.009	843.073	910.865	604.387
Outros passivos.....				
Patrimônio líquido.....				
Receita operacional líquida.....	186.031	156.146	88.510	1.365.984
Custos de infraestrutura e O&M.....	(32.251)	(34.506)	(81.011)	(696.917)
Despesas gerais e Administrativas.....	(36.986)	(36.986)	(1.923)	(2.878)
Resultado financeiro.....	(160.359)	(9.332)	906	(273.671)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	17.741	1.224	-	125
Imposto de renda e contribuição social.....	(162.114)	(19.388)	(25.042)	(19.208)
Lucro líquido.....	546.746	132.028	48.521	259.087
Participação acionária CTEEP (%).....	51%	51%	50%	50%

(e) Controladas e controladas em conjunto

Empresa Operacionais	Constituição	Contrato	Segmento	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região	Contratos operacionais	
										Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
IESerra do Japi.....	01.07.2009	026/2009	Transmissão	2004	Jandira e Salto	2.000 MVA	Botucatu - Chavantes C4	137,3	São Paulo		
IEMG.....	13.12.2006	004/2007	Transmissão	2008	-	-	Neves 1 - Mesquita	173,0	Minas Gerais		
IENNE.....	03.12.2007	001/2008	Transmissão	2010	-	-	Colinas - Ribeiro Gonçalves - C2/Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí - C2	710,0	Maranhão, Piauí e Tocantins		
IEPinheiros.....	22.07.2008	021/2008	Transmissão	2010	Piratininga II, Mirassol II, Getulina, Araras, Atibaia II, e Itapeti	4.500 MVA	Interlagos - Piratininga II	0,72	São Paulo		
Evrecy.....	14.11.2006	020/2008	Transmissão	2008	Aimorés, Mascarenhas	450 MVA	Aimorés-Se - U. Mascarenhas - C1/Aimorés - Conselheiro Pena - C1, Conselheiro Pena - Governador Valadares 6 - C1, Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2 - C1 Curitiba - Joinville Norte - C2- Jorge Lacerda B - Tubarão Sul - C1 Tubarão Sul - Siderópolis - C1 e Nova Santa Rita - Schariau - C1 E C2	164,0	Espírito Santo e Minas Gerais		
IESul.....	23.07.2008	016/2008	Transmissão	2010	Forquilha, Schariau 2	900 MVA	-	178,9	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul		
IEItapura.....	11.04.2017	042/2017	Transmissão	2019	Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250)	250 MVA	-	-	São Paulo		
IEItaquaré.....	11.04.2017	027/2017	Transmissão	2020	SE Araraquara 2 - 3 x Compensadores Sincronos 500 kV - (-180/300) Mvar	900 MVA	-	-	São Paulo		
IEItabagi.....	11.04.2017	026/2017	Transmissão	2020	Rosana	500 MVA	Nova Porto Primavera - Rosana C1 e C2	16,8	São Paulo e Paraná		
IEAguapeí (*).....	11.04.2017	046/2017	Transmissão	2021	Baguaçu e Alta Paulista	1.400 MVA	Marechal Rondon - Taquaruçu e Ilha Solteira - Bauru C1/C2	-	-		
IE Itapura (**)	11.04.2017	021/2018	Transmissão	2021	Lorena	1.200 MVA	-	6,0	São Paulo		
IE Madeira.....	18.12.2008	015/2009	Transmissão	2013	Estação retificadora Porto Velho e Inversora Araraquara	7.464,0 MVA	Porto Velho - Araraquara II	2.385,0	Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo		
IE Garanhuns.....	07.10.2011	022/2011	Transmissão	2015	Garanhuns II e Pau Ferro	2.100 MVA	Luiz Gonzaga - Garanhuns, Garanhuns - Pau Ferro, Garanhuns - Campina Grande III, Garanhuns - Angelim, Angelim I				

IEEB B3

IBRA B3

IGCB B3

IGCT B3

UTIL B3

IDIV B3

MLCX B3

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(II) Combinação de negócios

Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda com Wire Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom para aquisição, via direta e indireta, da totalidade de ações representativas do capital social da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE). A aquisição indireta das ações da PBTE se deu por meio da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da sua controladora, SF Energia Participações S.A. pelo preço de aquisição final de R\$1.571.065. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 19 de janeiro de 2021 e em 1º de fevereiro de 2021 obteve a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A transferência de controle ocorreu em 2 de março de 2021.

A PBTE opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e interliga as subestações Piratininga II e Bandeirantes da CTEEP.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do intangível da concessão foram definidos para a PBTE e SF Energia, de forma definitiva através de laudo elaborado por consultoria independente datado em 25 de agosto de 2021, tendo como base o balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2021 e demonstrado a seguir:

	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	67.555	-	67.555
Contas a receber (ativo da concessão)	2.092.261	-	2.092.261
Tributos a recuperar	12.201	-	12.201
Outros ativos	3.307	-	3.307
Intangível da concessão (nota 13)	-	493.129	493.129
	2.175.324	493.129	2.668.453
Empréstimos e financiamentos	373.537	-	373.537
Fornecedores	2.456	-	2.456
Obrigações tributárias	4.859	-	4.859
Pis e Cofins diferidos	191.955	-	191.955
Outros passivos circulantes	3.743	-	3.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	520.380	-	520.380
	1.096.930	-	1.096.930
Patrimônio Líquido (*)	1.078.394	493.129	1.571.523
Participação adquirida	-	-	11,12%
	-	-	174.753
	-	-	(1.396.312)

Valor pago.....

(\*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de políticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Investimento.....	958.477	438.293	1.396.770
Intangível da concessão na holding (nota 13)	-	66.970	66.970
	958.477	505.263	1.463.740
Fornecedores.....	74	-	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.260	-	67.260
Outros Passivos.....	94	-	94
	67.428	-	67.428
Patrimônio Líquido (*)	891.049	505.263	1.396.312
Participação adquirida	-	-	100%
	-	-	1.396.312

Valor pago.....

(\*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de políticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

Como resultado dessa operação, o saldo do investimento da Companhia na PBTE e SF Energia reflete o valor justo, dos ativos e passivos, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da PBTE e SF Energia.

A Companhia aplicou o método de aquisição para mensuração e contabilização da combinação de negócios decorrente da aquisição da PBTE e SF Energia. Em 31 de agosto de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a incorporação da SF Energia Participações e Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia. Foram elaborados laudos de incorporação para a SF Energia e PBTE com base no patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis.

Em novembro de 2021 houve a incorporação da SF Energia Participações e Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) pela Companhia. Saldos incorporados demonstrados abaixo:

	PBTE Participação CTEEP 11,12%	SF Energia Consolidado	Saldos Incorporados
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.376	26.986	30.362
Aplicações financeiras	2.973	23.764	26.737
Ativos da concessão	245.818	1.964.772	2.210.589
Tributos e contribuições a compensar	2.152	17.201	19.353
Outros	402	3.216	3.619
	<b>254.721</b>	<b>2.035.938</b>	<b>2.290.659</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	21	165	186
Tributos Diferidos	85.959	754.313	840.272
Tributos e encargos sociais a recolher	2.350	18.781	21.131
Outros	119	1.128	1.247
	<b>88.448</b>	<b>774.387</b>	<b>862.836</b>
Patrimônio Líquido	<b>166.273</b>	<b>1.261.550</b>	<b>1.427.823</b>

(III) Controlada em conjunto

Inteligência Elétrica do Madeira S.A.

• Processo de arbitragem:

A IEMadeira teve um processo de arbitragem, que tramitou na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, contra a empresa Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda., nova razão social de Toshiba América do Sul Ltda. ("Toshiba"), contratada em julho de 2010 para a construção de aproximadamente 900 Km da Linha de Transmissão da IEMadeira, Trechos 1A, 1B e 2B. Em 25 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral proferiu Sentença Final após a fase de esclarecimentos, condenando a IEMadeira a indenizar a Toshiba em R\$285.061, montante este já atualizado por IPCA e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%. A IEMadeira efetuou a provisão contábil para fazer frente a este processo e em agosto de 2020, foi celebrado um acordo para o pagamento da dívida, sendo 40% a vista e o saldo remanescente em 48 parcelas mensais com atualização monetária e juros. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar é de R\$144.062.

12. IMOBILIZADO

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2021	2020	Controlladora	Consolidado
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terenos	2.060	-	2.060	2.060
Edificações	1.246	(958)	288	299
Arrendamento de edifícios (I)	52.175	(12.951)	39.224	46.453
Máquinas e equipamentos	8.178	(3.267)	4.911	5.089
Móveis e utensílios	13.224	(6.968)	6.256	6.696
Equipamentos de informática	24.990	(13.712)	11.278	6.319
Veículos	11.833	(9.106)	2.727	2.669
Arrendamento de veículos (I)	34.543	(20.174)	14.369	4.463
Beneficentárias em imóveis de terceiros	10.071	(1.783)	8.288	9.546
Imobilizado em andamento	2.095	-	2.095	7.590
	<b>160.415</b>	<b>(68.919)</b>	<b>91.496</b>	<b>91.184</b>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Controlladora	Consolidado
											2021	2020
Contrato BNDES											2021	2020
		284.136		TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimentos	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Fiança bancária	Dívida líquida/EBITDA ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,6	139.399	159.057
		105.231		3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024	Plano de Investimentos	Juros mensais a partir de maio de 2009	-	-	21.271	31.455
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	1.940	23.12.2013	TJLP	6,17%	15.03.2029	Plano de Investimentos	Juros mensais a partir de maio de 2009	-	-	20	23
		272.521	08.08.2017	TJLP + 2,62% a.a.	7,04%	15.03.2032	Plano de Investimentos	Juros mensais a partir de maio de 2009	-	-	199.510	218.877
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	1.378		TJLP	4,98%	15.03.2032	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária	Dívida Líquida + PL < 0,6	27	29
				TJLP + 2,06% a.a.	7,55%	15.02.2028	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	-	-	3.375
Contrato 13.2.0650.1	Pinheiros	23.498	13.08.2013	3,50% a.a.	3,55%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	-	-	2.410
				TJLP + 2,62% a.a.	8,28%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	-	-	4.226
Contrato 10.2.2034.1	Pinheiros IE Serra	119.886	30.12.2010	5,50% a.a.	5,78%	15.01.2021	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	-	-	15.810
				TJLP + 1,95% a.a.	8,20%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	-	-	17.032
Contrato 11.2.0842.1	do Japi	93.373	28.10.2011	TJLP + 1,55% a.a.	7,90%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	-	-	14.721
				TJLP + 2,39% a.a.	7,93%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	-	-	12.324
Contrato 08.2.0770.1	IEMG	70.578	14.01.2009	5,5% a.a.	5,50%	15.01.2021	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	-	-	93
				TJLP + 2,58% a.a.	7,72%	15.05.2025	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	-	-	2.609
Contrato 10.2.1883.1	IESUL	18.166	21.12.2010	3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	-	-	1.589
				TJLP + 2,58% a.a.	7,93%	15.02.2028	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	-	-	5.113
Contrato 13.2.0422.1	IESUL	28.200	28.06.2013	8,0% a.a.	8,00%	15.04.2022	-	Principal e Juros no final	-	3	19	
				CDI + 1,25%	9,8%	06.05.2024	-	Principal no final e juros trimestrais	-	1.250.361	1.250.361	
8º NP S	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI + 2,45% a.a.	8,6%	20.04.2022	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	661.872	661.872
CCB	CTEEP	650.000	30.04.2020	CDI + 2,45% a.a.	8,6%	20.04.2022	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	661.872	661.872
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	-
											135.406	148.176
<b>Total em moeda nacional</b>											<b>2.272.463</b>	<b>1.062.777</b>
<b>Circulante</b>											<b>711.742</b>	<b>54.330</b>
<b>Não circulante</b>											<b>1.560.721</b>	<b>1.008.447</b>

(\*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices conforme requerido no contrato junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

Os vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controlladora	Consolidado
	2021	2020
2022	698.096	731.628
2023	48.787	76.945
2024	1.289.789	1.317.683
2025	38.578	66.489
2026	38.578	60.086
2027 a 2031	140.140	202.629
2032 a 2032	4.849	4.849
	<b>1.560.721</b>	<b>1.728.681</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controlladora	Consolidado
	2021	2020
Saldos em 2019	1.062.512	1.347.376
Adições (I)	655.516	655.516
Pagamentos de principal	(870.868)	(913.352)
Pagamentos de juros	(62.671)	(84.304)
Juros e variações monetárias e cambiais	278.288	297.693
<b>Saldos em 2020</b>	<b>1.062.777</b>	<b>1.302.929</b>
Combinação de negócios (*)	-	373.537
Adições (II)	1.200.000	1.200.000
Custo de Transação	(3.985)	(3.985)
Pagamentos de principal	(49.183)	(45.432)
Pagamentos de juros	(63.029)	(94.260)
Juros e variações monetárias e cambiais	125.883	147.740
<b>Saldos em 2021</b>	<b>2.272.463</b>	<b>2.470.529</b>

(I) Refere-se à captação realizada em 8 de agosto de 2017 do contrato BNDES nº 17.2.0291.2.

(II) Refere-se a 8ª emissão de Notas Promissórias ocorrida em 06 de maio de 2021.

(\*) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da PBTE (nota 11).

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade de dívida	Saldo devedor em 31.12.2021	Modalidade de garantia	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IE Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	5.785	Penhor de ações	5.785	15.02.2028
IE Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM e PSI	15.810	Penhor de ações	15.810	15.05.2026
IESUL	100%	BNDES	FINEM e PSI	31.753	Penhor de ações	31.753	15.05.2028
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	2.609	Penhor de ações	2.609	15.05.2025
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	6.702	Penhor de ações	6.702	15.02.2028
IENNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	135.406	corporativa	135.406	19.05.2030
IE Madeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	282.010	Penhor de ações	143.825	10.01.2033
IE Madeira	51%						

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

total de R\$409.325, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParaguá, IEAimorés, IEItaúnas, IETibagi, IEItaquaré, IEItapura, IEAguapeí e IEIguaçu. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em dezembro de 2019 no site da Companhia. O vencimento das debêntures ocorrerá nos dias 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2028 e 15 de dezembro de 2029 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de junho de 2020. O valor da emissão líquida dos custos da transação totaliza R\$387.852. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

(v) Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu 1.600.000 debêntures em duas séries, no montante total de R\$1.600.000 com liquidação financeira final em maio de 2044. A primeira série, no montante total de R\$800.000 tem finalidade exclusiva de reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro. O vencimento final das debêntures da 1ª série ocorrerá no dia 15 de novembro de 2028 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano. A segunda série de debêntures de infraestrutura, no montante total de R\$800.000, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, tem a finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParaguá, IEAimorés, IEItaúnas, IEItaquaré, IEItapura, IEAguapeí e IEIguaçu e em projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica da ISA CTEEP. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site da Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. O vencimento final das debêntures da 2ª série ocorrerá no dia 15 de maio de 2044 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano. O valor total da emissão líquida dos custos da transação totaliza R\$1.555.745. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.(vi) Em fevereiro de 2021, a Companhia emitiu 672.500 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$672.500, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos Minauro, Triângulo Mineiro e Três Lagos. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site da Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. A primeira série, no montante total de R\$668.833, tem vencimento final no dia 15 de outubro de 2031 e a remuneração é paga semestralmente. A segunda série, no montante total de R\$281.167, tem vencimento final em 15 de outubro de 2039 e a remuneração é paga semestralmente. O valor total da emissão líquida dos custos da transação totaliza R\$909.315. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Todas as exigências e cláusulas restritivas ("covenants") estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

O montante de custos de emissão apropriados nas operações financeiras relacionadas até 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$175.463. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 31 de dezembro de 2021 é de R\$146.111.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2021	2020
2022	-	25.395
2023	28.877	26.007
2024	420.893	365.486
2025	814.052	706.316
2026	325.212	292.121
2027 a 2031	1.965.311	1.084.287
2032 a 2036	360.409	165.988
2037 a 2041	677.550	190.848
2042 a 2044	237.457	104.870
	<b>4.829.761</b>	<b>2.961.318</b>

A movimentação das debêntures é como segue:

	2021	2020
<b>Saldos em 2019</b>	<b>1.896.479</b>	<b>1.600.000</b>
Adição	(350.000)	(350.000)
Pagamentos de juros	(82.840)	(82.840)
Juros e variações monetárias	115.627	115.627
<b>Saldos em 2020</b>	<b>3.179.266</b>	<b>3.179.266</b>
Adição	1.622.500	1.622.500
Custos de Transação	(74.900)	(74.900)
Pagamentos de principal	(210.041)	(210.041)
Pagamentos de juros	(167.839)	(167.839)
Juros e variações monetárias	540.116	540.116
<b>Saldos em 2021</b>	<b>4.889.102</b>	<b>4.889.102</b>

16. ARRENDAMENTOS

A composição dos saldos de arrendamentos é como segue:

	2021	2020
2022	-	6.162
2023	11.398	5.689
2024	7.391	5.578
2025 a 2029	24.778	25.783
	<b>43.567</b>	<b>43.212</b>

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	2021	2020
<b>Saldos em 2019</b>	<b>49.285</b>	<b>49.896</b>
Adições	14.409	15.836
Pagamentos	(12.921)	(13.275)
Juros	1.042	1.080
<b>Saldos em 2020</b>	<b>51.815</b>	<b>53.537</b>
Adições	16.947	16.947
Baixas	(1.756)	(1.631)
Pagamentos	(12.438)	(12.659)
Juros	701	722
<b>Saldos em 2021</b>	<b>55.269</b>	<b>56.916</b>

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) (IFRS 9) são de: (i) direito de uso de R\$9.342 na controladora e R\$10.121 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R\$8.391 na controladora e R\$8.501 no consolidado; (iii) depreciação de R\$1.363 na controladora e R\$1.462 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R\$274 na controladora e R\$380 no consolidado.

17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda (*)	-	147.518	3.058	149.012
Contribuição social (*)	-	47.544	1.495	48.409
COFINS	27.875	33.654	28.977	34.459
PIS	5.595	6.852	5.833	7.027
INSS	6.187	5.426	7.580	7.551
ISS	1.439	1.614	2.577	2.712
FGTS	872	-	872	-
Imposto de renda retido na fonte	4.600	4.128	4.706	4.255
Outros	5.237	1.713	5.927	2.189
	<b>51.805</b>	<b>248.449</b>	<b>61.025</b>	<b>255.614</b>

(\*) Em virtude da incorporação da PBTE e SF Energia (nota 11) a Companhia realizou o balanço de suspensão e redução conforme artigo 239 da Instrução Normativa 1.700 de 2017, com consequente liquidação do imposto de renda e contribuição social dentro do exercício.

18. PIS E COFINS DIFERIDOS

	2021	2020
PIS diferido	271.839	210.824
COFINS diferido	1.252.106	970.923
	<b>1.523.945</b>	<b>1.181.747</b>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS A RECOLHER

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	53.580	75.083
Reserva Global de Reversão - RGR (ii)	14.680	17.160
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	14.675	12.721
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	10.278	2.260
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	1
	<b>93.213</b>	<b>107.224</b>
Circulante	58.698	49.870
Não circulante	34.515	57.354

(i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de dezembro de 2021 soma R\$38.931 (R\$26.002 em 31 de dezembro de 2020) e está registrado na rubrica de outros ativos.

(ii) Refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incidia juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.

(iii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

20. PROVISÕES

(a) Demandas Judiciais  
As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.  
As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

	2021	2020
Trabalhistas (i)	44.823	50.535
Cíveis (ii)	56.374	1.748
Tributárias - IPTU (iii)	2.589	2.192
Fundárias (iv)	5.170	2.669
	<b>1.551</b>	<b>250</b>
	<b>110.507</b>	<b>57.394</b>

(i) Trabalhistas  
A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$27.472 na controladora e R\$27.498 no consolidado (R\$29.038 na controladora e R\$29.087 no consolidado em 31 de dezembro de 2020), conforme nota 10.

(ii) Cíveis  
A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor se refere ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização das instalações NI, reclassificado para demandas judiciais no exercício de 2021.

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados a título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisso mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$39.238, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. A Eletrobras e a Companhia interuseram recurso, pendente de julgamento, e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(iii) Tributárias - IPTU  
A Companhia está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo.

(iv) Fundiárias  
Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.  
A movimentação das provisões é como segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributárias - IPTU	Fundiárias
<b>Saldos em 2019</b>	<b>54.619</b>	<b>3.269</b>	<b>388</b>	<b>-</b>
Constituição	18.639	554	2.176	2.799
Reversão	(13.083)	(2.312)	(387)	(242)
Pagamento	(14.783)	(142)	-	(59)
Atualização	5.143	379	15	112
<b>Saldos em 2020</b>	<b>50.535</b>	<b>1.748</b>	<b>2.192</b>	<b>2.669</b>
Constituição	10.080	1.019	55	2.535
Reversão	(9.067)	(1.047)	(11)	-
Pagamento	(11.788)	(64)	(2)	(666)
Transferência (*)	-	48.436	-	-
Atualização	5.063	6.282	355	632
<b>Saldos em 2021</b>	<b>44.823</b>	<b>56.374</b>	<b>2.589</b>	<b>5.170</b>

(\*) transferência de outros passivos não circulante

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributárias - IPTU	Fundiárias
<b>Saldos em 2019</b>	<b>54.740</b>	<b>6.935</b>	<b>388</b>	<b>-</b>
Constituição	18.640	734	2.176	33.700
Reversão	(13.181)	(6.383)	(387)	(467)
Pagamento	(14.783)	(142)	-	(59)
Atualização	5.153	584	15	690
<b>Saldos em 2020</b>	<b>50.569</b>	<b>1.748</b>	<b>2.192</b>	<b>33.923</b>
Constituição	10.080	1.132	55	5.373
Reversão	(9.067)	(1.047)	(11)	(6.019)
Pagamento	(11.788)	(64)	(2)	(16.615)
Transferência (*)	-	48.436	-	-
Atualização	5.066	6.285	355	2.513
<b>Saldos em 2021</b>	<b>44.860</b>	<b>56.490</b>	<b>2.589</b>	<b>19.175</b>

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado  
A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$929.939 e R\$946.345 em 31 de dezembro de 2021 (R\$771.066 e R\$780.482 em 31 de dezembro de 2020), controladora e consolidado, respectivamente.

	Controladora	
	2021	2020
Classificação	17.780	19.042
Trabalhistas	98.158	60.768
Cíveis	12.212	3.856
Cíveis - Fundiários	4.229	2.383
Previdenciárias	489.239	396.824
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	172.420	169.560
Tributárias - Amortização ágio (ii)	33.837	29.550
Tributárias - CSLL base negativa (iii)	93.450	80.731
Tributárias - IPTU	8.514	8.352
Tributárias - Outros	929.939	771.066

	Consolidado	
	2021	2020
Classificação	17.831	19.065
Trabalhistas	105.736	62.654
Cíveis	20.553	10.716
Cíveis - Fundiários	4.229	2.383
Previdenciárias	489.239	396.824
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	172.420	169.560
Tributárias - Amortização ágio (ii)	33.837	29.550
Tributárias - CSLL base negativa (iii)	93.461	80.741
Tributárias - IPTU	9.039	8.989
Tributárias - Outros	946.345	780.482

(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP  
Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de rescoço e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação definitiva da exceção de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interpôs recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento provisório de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de rescoço e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação definitiva da exceção de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interpôs recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento provisório de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

(ii) Tributárias - Amortização do ágio  
Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF. O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento. A existência de decisão desfavorável no CARF não vincula aos demais processos existentes e pendentes de julgamento, por ainda não possuir o CARF uma posição unânime sobre o tema, tendo em vista que os julgamentos desfavoráveis foram precedidos por empate, posteriormente decididos pelo voto de qualidade do Presidente da Turma/Câmara.

(iii) Tributárias - CSLL Base Negativa  
Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pendente de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado  
(i) PIS e COFINS  
A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à tributação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no regime não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Até setembro de 2013, os processos administrativos em fase mais avançadas estavam com decisão favorável no CARF, em linha com o entendimento do judiciário sobre o tema. Em dezembro de 2015 o CARF mudou seu entendimento sobre a tese, todavia, o entendimento e posicionamento do judiciário permanecem os mesmos. Atualmente, os casos que já foram encerrados no CARF (envolvendo os períodos de 2003 a 2010) totalizam o valor atualizado de R\$2.277 milhões e são objeto de uma ação judicial que discute a análise de um laudo pelo CARF, tendo sido proferida decisão desfavorável à Companhia em primeira instância, sendo que no momento aguarda-se julgamento de recurso.

O processo envolvendo

IEEB3

IBRA B3

IGCB3

IGCT B3

UTIL B3

IDIV B3

MLCX B3

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020
<b>Componentes de (custo)/receita de benefício definido</b>		
Custo do serviço corrente	(21.596)	(20.020)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	(327.691)	(287.388)
(Juros) rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	301.718	291.337
Juros sobre o superávit irrecuperável	—	(739)
<b>Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa</b>	<b>(47.569)</b>	<b>(16.810)</b>
<b>Redimensionamento em outros resultados abrangentes ("ORA")</b>		
Ganho/ (Perda) atuarial	(64.220)	(696.745)
Ganho/ (Perda) sobre o retorno dos investimentos	27.611	273.926
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	—	11.234
<b>Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"</b>	<b>(36.609)</b>	<b>(411.585)</b>
<b>Reconciliação do valor líquido do (passivo) ativo de benefício definido</b>	<b>(84.178)</b>	<b>(428.395)</b>
(Passivo) Ativo líquido no final do ano anterior	(381.977)	44.975
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa (*)	(47.569)	(16.810)
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(36.609)	(411.585)
Contribuição paga pela empresa	701	1.443
<b>(Passivo) Ativo líquido no final do ano</b>	<b>(465.454)</b>	<b>(381.977)</b>
<b>Estimativa de custos para o exercício seguinte</b>		
Custo da obrigação de benefício definido	(62.905)	(47.569)
<b>Valor estimado para o exercício seguinte</b>	<b>(62.905)</b>	<b>(47.569)</b>
<b>Análise de sensibilidade nas hipóteses adotadas</b>		
Obrigação de benefício definido (taxa de juros - 100 pontos básicos)	5.645.777	5.583.731
Obrigação de benefício definido (taxa de juros + 100 pontos básicos)	4.569.672	4.440.360
<b>Fluxos de caixa esperados para o próximo ano e duração do compromisso</b>		
Contribuição esperada de empresa	1.908	410
Total Previsto de pagamentos de benefício pelo plano:		
Ano 1	354.841	289.819
Ano 2	370.533	300.022
Ano 3	385.523	311.229
Ano 4	399.709	321.078
Ano 5	415.538	329.798
5 anos subsequentes	2.309.667	1.789.211
Duração dos compromissos do plano	<b>10,8 anos</b>	<b>12,3 anos</b>

(\*) Despesa registrada na rubrica despesas gerais e administrativas

	2021	2020
<b>Composição da Carteira de Investimentos (em R\$)</b>		
Renda fixa	3.201.392	3.522.934
Renda variável	741.786	597.250
Investimentos estruturados	86.350	81.461
Investimentos no exterior	423.484	212.592
Imóveis	106.101	129.438
Operações com participantes	33.989	31.061
	<b>4.593.102</b>	<b>4.574.836</b>

**Principais premissas financeiras e atuariais**

Taxa de desconto	6,81% a.a.	6,81% a.a.
Taxa de crescimento salarial	1,87% a.a.	1,87% a.a.
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	3,20% a.a.	3,20% a.a.
Tábua geral de mortalidade	AT-2000 (M/F) (*)	AT-2000(M/F)
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca (**)	Light-Fraca (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 (*)	AT-1949
Rotatividade	Exp.Vivest (**)	Exp.Vivest (antiga Funcesp) (*)

**Dados Demográficos**

nº de participantes ativos	1.313	1.331
nº de coligados	115	129
nº de beneficiários assistidos	2.776	2.701

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital social**

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.000.000, sendo R\$1.957.386 em ações ordinárias e R\$3.042.614 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$3.590.020 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	2021		2020	
	Número de ações	R\$ mil	Número de ações	R\$ mil
ON	257.937.732	1.405.410	257.937.732	1.405.410
PN	400.945.572	2.184.610	400.945.572	2.184.610
	658.883.304	3.590.020	658.883.304	3.590.020

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos correspondente a essa espécie de ações.

**(b) Dividendos e juros sobre capital próprio**

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos com reserva de retenção de lucros como segue:

Data RCA	Dividendos		Pagamento
	Total	Por ação	
22.02.2021	531.163	0,806156	21.05.2021
	<b>531.163</b>	<b>0,806156</b>	

Em 25 de março de 2021, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020 como segue:

Data AGO	Dividendos adicionais propostos		Pagamento
	Total	Por ação	
25.03.2021	524.450	0,795967	21.05.2021
	<b>524.450</b>	<b>0,795967</b>	

Em 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos intermediários, respectivamente, como segue:

Data RCA	Dividendos intermediários		Juros sobre o capital próprio		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
01.07.2021	331.117	0,502542	—	—	15.07.2021
28.10.2021	348.804	0,529396	514.532	0,780915	17.11.2021
17.12.2021	—	—	114.577	0,173896	18.01.2022
	<b>679.921</b>	<b>1,031928</b>	<b>629.109</b>	<b>0,954811</b>	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.656.470, sendo deliberações ocorridas em 2020 e 2021. O montante de R\$100.543 registrado na rubrica juros sobre capital próprio e dividendos a pagar refere-se ao saldo a ser liquidado posteriormente. O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro líquido do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo, pagamento de dividendos atribuídos às ações preferenciais e ordinárias sendo o maior valor entre R\$218.461 e R\$140.541, respectivamente, e 25% do lucro líquido do exercício; (iii) do saldo, até 20% do lucro líquido para constituição da reserva estatutária.

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.018.599</b>	<b>3.361.503</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	3.799	377
	<b>3.022.398</b>	<b>3.361.880</b>
Constituição da reserva estatutária	—	(672.301)
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, líquida	(1.713.368)	(1.018.949)
Dividendos intermediários pagos	(679.921)	(559.999)
Juros sobre capital próprio pagos	(629.109)	(586.181)
Dividendos adicionais propostos	—	(524.450)
	<b>—</b>	<b>—</b>

**(c) Reservas de capital**

	2021	2020
Subvenções para investimento - CRC	78	78
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
	<b>666</b>	<b>666</b>

**(d) Reservas de lucros**

	2021	2020
Reserva legal (i)	718.004	718.004
Reserva estatutária (ii)	1.862.804	1.862.804
Reserva de retenção de lucros (iii)	266.149	797.312
Reserva especial de lucros a realizar (iv)	8.198.940	6.485.572
	<b>11.045.897</b>	<b>9.863.692</b>

**(i) Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal.

**(ii) Reserva estatutária**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, até 20% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social. As finalidades da reserva estatutária serão: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios. Considerando que no exercício de 2021 não ocorreram situações que se enquadrassem nas finalidades previstas no inciso IV do artigo 36 do Estatuto Social não foi realizada a constituição da reserva estatutária.

**(iii) Reserva de retenção de lucros**

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro líquido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

**(iv) Reserva especial de lucros a realizar**

A reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos de: (i) valores a receber do SE (nota 7); (ii) ajustes da aplicação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão; (iii) adoção inicial do CPC 47 (IFRS 15); e (iv) equivalência patrimonial, uma vez que, não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

No exercício de 2021, em virtude da geração de caixa operacional, a Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, realizou a distribuição de dividendos intermediários em montante superior à parcela realizada do lucro do exercício, utilizando parte da reserva especial de lucros a realizar constituída. A movimentação do exercício de 2021 é como segue:

<b>Saldo em 2020</b>	<b>6.485.572</b>
Realização (*)	(668.461)
Constituição (**)	2.381.829
<b>Saldo em 2021</b>	<b>8.198.940</b>

(\*) A realização contempla, principalmente, valores efetivamente recebidos relativos a RBSE, e dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto. (\*\*) A constituição é formada pela atualização do saldo a receber da RBSE e itens não caixa conforme da aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas IFRS, principalmente pela aplicação das IFRS 9 e 15, e suas especificidades no setor de transmissão.

**(e) Outros Resultados Abrangentes (ORA)**

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2021, decorrente a valor R\$264.838 líquido de impostos (R\$240.676 em 31 de dezembro de 2020) (nota 21).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa das controladas IEBiguçu e IERiacho Grande no valor de R\$27.461 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge accounting é registrada no Patrimônio Líquido, e não no Resultado.

**(f) Resultado por ação**

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações efetivamente utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2021	2020
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		
Lucro líquido - R\$ mil	3.018.599	3.361.503
Média ponderada de ações		
Ordinárias	257.937.732	257.937.732
Preferenciais	400.945.572	400.945.572
	658.883.304	658.883.304
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	257.956.799	257.960.466
Preferenciais	400.969.153	400.972.125
	658.925.952	658.932.591
Lucro básico por ação	4,58139	5,10182
Lucro diluído por ação	4,58109	5,10144

**23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

**23.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receita bruta</b>				
Receita de infraestrutura (a) (nota 7)	539.624	368.631	1.150.238	1.135.533
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (b) (nota 7)	101.887	29.919	142.186	152.998
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 7)	2.983.257	1.556.708	3.867.656	1.846.116
Operação e Manutenção (d) (nota 7)	1.061.600	1.022.642	1.130.039	1.071.126
Aluguéis	11.850	21.838	12.392	22.914
Prestação de serviços	62.457	37.777	33.170	12.908
<b>Total da receita bruta</b>	<b>4.760.676</b>	<b>3.037.515</b>	<b>6.335.681</b>	<b>4.240.995</b>
<b>Tributos sobre a receita</b>				
COFINS	(359.769)	(240.399)	(431.644)	(278.681)
PIS	(78.108)	(52.192)	(93.696)	(60.495)
ICMS	(161)	(3)	(161)	(3)
ISS	(3.109)	(1.773)	(3.128)	(1.773)
	(441.147)	(294.367)	(528.629)	(340.952)
<b>Encargos regulatórios</b>				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(174.919)	(125.086)	(174.919)	(125.086)
Reserva Global de Reversão - RGR	—	—	(6.262)	(6.055)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(25.651)	(36.873)	(30.502)	(39.331)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(48.892)	(20.897)	(49.892)	(20.897)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(10.981)	(11.373)	(12.348)	(12.246)
	(260.443)	(194.229)	(272.923)	(203.615)
	<b>4.059.085</b>	<b>2.548.919</b>	<b>5.534.129</b>	<b>3.696.428</b>

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações, reforços e melhorias, sob o contrato de concessão de serviços, e é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos. Para o contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia reconhece receita de implementação da infraestrutura também para projetos de melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011.

**(b) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura**

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de dezembro de 2021, o ganho de eficiência refere-se à projetos de reforços e melhorias e aos contratos 046/2017 e 021/2018 das controladas Aguapeí e Itapuru, respectivamente, que entraram em operação.

**(c) Remuneração dos ativos da concessão**

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e varia entre 6,13% e 9,92% ao ano.

**(d) Operação e manutenção**

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**(e) Margens das Obrigações de Performance**

	2021	
	Controladora	Consolidado
<b>Implementação da Infraestrutura</b>		
Receita de infraestrutura	539.624	1.150.238
Custo de implementação da Infraestrutura	(363.916)	(991.740)
<b>Margem</b>	<b>175.708</b>	



COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04

Demonstrações Financeiras

2021

isa CTEEP

TRPL4 NÍVEL 1 IEE B3 IBRA B3 IGCB B3 IGCT B3 UTIL B3 IDIV B3 MLCX B3

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Custos de implementação e de O&amp;M</b>				
Honorários da administração	—	—	—	—
Pessoal	(272.165)	(108.667)	(369.033)	(327.911)
Serviços	(474.699)	(81.387)	(236.290)	(186.514)
Depreciação e amortização	—	(22.281)	(22.281)	(19.174)
Materiais	(254.883)	—	(1.166)	(256.049)
Outros	(58.764)	(20.108)	(78.872)	(94.772)
	<b>(756.871)</b>	<b>(225.616)</b>	<b>(994.532)</b>	<b>(800.964)</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>				
Honorários da administração	—	—	—	—
Pessoal	(272.165)	(8.201)	(112.314)	(392.680)
Serviços	(474.699)	(3.884)	(66.399)	(544.982)
Depreciação e amortização	—	—	(22.802)	(22.802)
Materiais	(513.358)	—	(809)	(514.167)
Outros	(140.156)	—	(9.667)	(149.823)
	<b>(1.400.378)</b>	<b>(12.085)</b>	<b>(223.998)</b>	<b>(1.636.461)</b>

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da controladora totalizaram R\$363.916 em 2021 e R\$209.717 em 2020, e no consolidado totalizaram R\$991.740 em 2021 e R\$739.373 em 2020. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 23.1, é calculada acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

25. RECEITAS - REVISÃO TARIFARIA PERIÓDICA (RTP), LÍQUIDAS

Em 2021, o montante de R\$39.076 na controladora e R\$54.774 no consolidado refere-se a: (i) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente dos resultados dos Recursos Administrativos das RTP's da Companhia e das controladas IESerra do Japi, IEPinheiros, IESul e IENNE; e (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy; valores líquidos de PIS e Cofins diferidos; O montante, em 2020 de R\$1.470.854 na controladora e R\$1.477.622 no consolidado refere-se a: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) da atualização do Ke do Ativo da Lei nº 12.783 - SE, (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura da Companhia e da controlada IESerra do Japi, (iii) reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP).

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Em 2020, o montante de R\$172.785 na controladora e R\$170.171 no consolidado refere-se principalmente a: (i) ganho de R\$73.464 decorrente da negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328, com recebimento por meio de precatórios registrado em "Outros" no ativo não circulante, e (iii) R\$13.165 de crédito de PIS e COFINS extemporâneos.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	40.211	25.375	69.108	49.247
Juros ativos	1.364	278	1.431	291
Variações monetárias	6.183	12.805	6.857	12.871
Operações de Hedge (i)				
Ajuste MTM (mark to market)	—	8.223	—	8.223
Variações cambiais	23	39.428	23	39.428
Ajuste de operações de cobertura Swap	—	256.628	—	256.628
Outras	10.029	4.194	10.111	4.661
	<b>57.810</b>	<b>346.931</b>	<b>87.530</b>	<b>371.349</b>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(54.407)	(55.379)	(76.336)	(74.811)
Juros passivos	(785)	(2.587)	(812)	(2.600)
Encargos sobre notas promissórias	(54.346)	—	(54.346)	—
Encargos sobre debêntures	(236.917)	(93.534)	(236.917)	(93.534)
Variações monetárias	(340.456)	(87.315)	(340.065)	(88.063)
Instrumento de Hedge (i)				
Encargos Swap	—	(11.703)	(191)	(10.914)
Ajuste MTM (mark to market)	—	(8.223)	—	(8.223)
Variações cambiais	—	(256.628)	—	(256.628)
Ajuste de operações de cobertura Swap	—	(39.428)	—	(39.428)
Outras	(7.248)	(5.698)	(9.856)	(6.323)
	<b>(684.159)</b>	<b>(560.495)</b>	<b>(718.523)</b>	<b>(580.524)</b>
	<b>(636.349)</b>	<b>(213.564)</b>	<b>(630.993)</b>	<b>(209.175)</b>

(i) Refere-se ao resultado da operação financeira nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, que disciplina aplicação do capital estrangeiro e remessa de valores para o exterior.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa e realiza suas antecipações mensais com base na aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta e as controladas adotam o regime de lucro presumido.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.676.205	4.145.982	3.806.224	4.218.067
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.249.910)	(1.409.634)	(1.294.116)	(1.434.143)
Outras receitas - não tributáveis (nota 26)	213	52.422	213	52.422
Juros sobre Capital Próprio	213.897	199.301	213.897	199.301
Equivalência patrimonial	414.752	371.700	176.306	160.658
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa (i)	(25.174)	—	(25.174)	—
Perdas sobre inventário físico	(3.483)	—	(3.483)	—
Efeito adoção lucro presumido controladas (ii)	—	—	171.842	184.613
Outros	(7.901)	1.732	(7.901)	1.732
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<b>(657.606)</b>	<b>(784.479)</b>	<b>(768.416)</b>	<b>(835.417)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(262.864)	(405.641)	(308.917)	(415.955)
Corrente	(394.742)	(378.838)	(459.499)	(419.469)
Diferido	<b>(657.606)</b>	<b>(784.479)</b>	<b>(768.416)</b>	<b>(835.417)</b>
Alíquota efetiva	18%	19%	20%	20%

(i) IR e CS diferido sobre Prejuízo Fiscal, gerado do exercício fiscal de apuração iniciado em novembro de 2021 e encerrado em dezembro de 2021. Em virtude da incorporação da PBTE (nota 11), a Companhia teve dois períodos de encerramento fiscal dentro do ano de 2021, um encerrado antes da incorporação como empresa individual e outro período pós incorporação da PBTE e SF Energia.

(ii) Foi adotado o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para as controladas.

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (i)	(1.829.026)	(2.098.270)	(1.829.026)	(2.098.270)
Ajustes IFRS (ICPC 01 (R1) e CPC 47) (ii)	(2.387.899)	(1.084.027)	(2.532.998)	(1.198.437)
Impostos diferidos - Aquisição SF Energia (iii)	(65.018)	19.514	(65.018)	19.514
Provisão para demandas judiciais	37.911	37.911	37.911	37.911
Demais diferenças temporárias	401.379	324.030	401.964	324.339
<b>Total líquido</b>	<b>(3.842.653)</b>	<b>(2.838.753)</b>	<b>(3.987.167)</b>	<b>(2.952.855)</b>

(i) Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a remuneração dos ativos da concessão referente às instalações do SE, que serão incorporados à base de tributação a medida do efetivo recebimento.

(ii) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47 (IFRS 15)) reconhecidos por competência, que são oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.

(iii) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da SF Energia Participações. Os valores do imposto de renda e contribuição social referem-se ao ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição das ações da PBTE pela SF Energia Participações ocorrida em 12 de abril de 2019, anterior a aquisição pela Companhia. A partir da incorporação da SF Energia pela Companhia este valor será amortizado pelo prazo de cinco anos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas		2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)
Benefícios de curto prazo (a)	—	—	—	—	(12.007)	(9.963)
Dividendos	—	(34.884)	—	(174.246)	—	(9.963)
ISA Capital	—	—	—	—	—	—
IEGaranhuns	15.043	—	8.384	—	—	—
IEMadeira	62.697	—	5.950	—	—	—
IESerra do Japi	21.349	—	—	—	—	—
IENNE	8.274	—	—	—	—	—
IEPinheiros	30.642	—	—	—	—	—
IEAguapeí	66.030	—	—	—	—	—
IEItabiagi	13.277	—	—	—	—	—
IEItapuera	7.028	—	—	—	—	—
IEItaquere	91.009	—	—	—	—	—
	<b>315.349</b>	<b>(34.884)</b>	<b>14.334</b>	<b>(174.246)</b>	—	—
Subslocação. Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal (b)	ISA Capital	49	—	249	246	
	IEIMG	52	—	271	215	
	IEPinheiros	186	—	931	965	
	IESerra do Japi	89	—	121	480	
	Evrecy	62	—	81	310	
	IENNE	(23)	—	291	1.116	
	IEItaúnas	17	—	22	82	
	IEItabiagi	283	—	22	83	
	IEItaquere	17	—	22	83	
	IEItapuera	15	—	19	75	
	IEAguapeí	17	—	22	83	
	IESul	90	—	120	468	
	IEBiguacu	17	—	22	83	
	IEAlmorés	40	—	22	157	
	IEParaguacu	40	—	22	157	
	IEIvaí	40	—	22	157	
	Internexa Brasil	—	—	—	474	
		<b>1.237</b>	<b>1.238</b>	<b>4.765</b>	<b>5.447</b>	
				<b>4.765</b>	<b>5.447</b>	

Natureza da operação	Partes relacionadas		2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)
Prestação de serviços (c)	ISA Capital	32	—	30	369	337
	IEIMG	385	—	151	3.254	3.210
	IEPinheiros	155	—	1.446	2.319	2.632
	IESerra do Japi	105	—	101	1.259	1.146
	Evrecy	2.156	—	2.334	3.116	2.924
	IENNE	264	—	349	2.705	4.638
	IEItaúnas	19	—	915	1.435	831
	IEItabiagi	418	—	2.554	3.574	2.410
	IEItaquere	71	—	1.378	875	1.149
	IEItapuera	106	—	2.276	4.114	2.546
	IEAguapeí	285	—	2.199	4.714	1.833
	IESul	2	—	—	65	—
	IEGaranhuns	39	—	37	405	472
	IEBiguacu	141	—	673	1.739	624
	Internexa Brasil	407	—	(31)	1.002	1.113
	Riacho Grande	1.409	—	—	1.877	—
		<b>5.964</b>	<b>(34.884)</b>	<b>14.854</b>	<b>(31)</b>	<b>32.822</b>
		<b>322.550</b>	<b>(34.884)</b>	<b>30.426</b>	<b>(174.277)</b>	<b>25.580</b>
Saldos com partes relacionadas						
Aplicações Financeiras Fundos de Investimento (nota 6)	Bandeirantes	214.675	—	140.561	4.771	672
	Xavantes	451.265	—	260.401	11.661	2.194
	Assis	37.556	—	30.823	5.284	959
	Barra Bonita	110.138	—	21.772	2.357	508
		<b>813.634</b>	<b>(453.577)</b>	<b>24.557</b>	<b>(24.073)</b>	<b>4.333</b>
Outros	—	—	—	—	—	—
Passivos	Eletrobras	(39.238)	—	(33.585)	—	—
Contribuições	AISCE	—	—	—	90	50
		<b>(39.238)</b>	<b>—</b>	<b>(33.585)</b>	<b>90</b>	<b>50</b>
<b>Total</b>		<b>1.096.946</b>	<b>(34.884)</b>	<b>483.983</b>	<b>(207.862)</b>	<b>49.743</b>

(a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R\$12.007 na controladora e no consolidado (R\$9.963 em 2020).

(b) O contrato de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

(c) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outros.

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

(d) A Companhia mantém contratos de prestação de serviços: (i) ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEMG, IEPinheiros, IESerra do Japi, Evrecy, IENNE, IEItapuera e IEGaranhuns - prestação de serviços de operação e manutenção de instalações; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iv) IEAguapeí, IEItabiagi, IEItapuera, IEItaquere, IEEvrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESul, IESerra do Japi e IEPinheiros - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapuera, IEPinheiros e IENNE e controlada em conjunto IEMadeira, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuam em estoque de prontidão.

A Companhia celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso



→☆ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**Auditores Independentes Ltda.**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Renato Vieira Lima**

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

**Deloitte.**

Nosso principal objetivo:  
**transmitir energia de  
 qualidade para todo o Brasil.**

*isa*  
CTEEP

**Conexões que inspiram**

